



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL

Camila Cristina de Araujo Viana

REPRESENTAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA DO DISTRITO FEDERAL

BRASÍLIA – DF
2018

CAMILA CRISTINA DE ARAUJO VIANA

REPRESENTAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA DO DISTRITO FEDERAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Comunicação Organizacional, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Comunicação Organizacional.

Orientador: Prof.^o Mestre Marcos Francisco Urupá Moraes de Lima

Brasília – DF

2018

VIANA, Camila

Representação Feminina da Política./ Camila Viana. Brasília – DF, 2018. 57 f.

Monografia – Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília.

Curso de Bacharelado em Comunicação Social – Comunicação Organizacional

Orientador: Marcos Francisco Urupá Moraes de Lima

1. Mulher 2.Política 3.Deputada Distrital 4.Mulher_Política 5.Mulher_Política_Distrito_Federal.I.Viana, Camila.

Agradecimento

Gostaria de agradecer primeiramente a Deus todas as bênçãos derramadas e todas as conquistas que tive até aqui e ainda terei pela frente. Agradeço também a minha família, em especial a minha mãe Rosa, meu pai Jorge e minha irmã Beatriz, todo suporte e incentivo que me deram ao longo da minha vida, me motivando sempre a ir além e desafiar meus próprios limites. Agradeço imensamente ao meu professor orientador Marcos Urupá por ter aceitado entrar nessa jornada comigo e ter me auxiliado tão bem e de forma tão compreensiva ao longo dessa árdua caminhada. Agradeço também a todos os professores e professoras que tive ao longo desses anos que me ensinaram muito mais do que apenas o conteúdo. Agradeço também aos meus amigos e amigas que estiveram comigo, dando força ao longo desses quatro anos de faculdade, em especial ao Ricardo, à Lívia, à Thaís, à Laura e ao Mateus que me ajudaram diretamente nessa etapa final.

Resumo

Esta monografia foi elaborada na Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília no segundo semestre de 2018, com a orientação do professor Marcos Urupá. Ela tem por finalidade apresentar a discrepância da representação feminina versus a masculina na política, focando no cargo de Deputado Distrital no Distrito Federal. Para maior entendimento do assunto foi estudado o contexto histórico da luta feminina no Brasil e no mundo. Foi analisado também, de forma quantitativa, a presença de mulheres e homens nas como candidatos nas eleições de 2014 e 2018 para Deputado Distrital no Distrito Federal e quantos destes foram eleitos. Por fim, foram observadas as matérias do Correio Braziliense utilizando os filtros de Deputada Distrital no período de um mês antecedendo as eleições de 2014 e 2018 para entender como era a retratação destas nas matérias.

Palavras-chave: Mulher, Política, Deputada Distrital, Mulher_Política, Mulher_Política_Distrito_Federal

Abstract

This monograph was prepared in the Faculty of Communication of University of Brasília in the second half of 2018, with the guidance of Professor Marcos Urupá. It aims to present the discrepancy of female versus male representation in politics, focusing on the position of Deputy District in the Federal District. For a better understanding of the subject, we studied the historical context of women's struggle in Brazil and in the world. It was also analyzed, in a quantitative way, the presence of women and men as candidates in the 2014 and 2018 elections for District Deputy in the Federal District and how many of these were elected. Lastly, Correio Braziliense's materials were used using the filters of Deputy District in the period of one month preceding the 2014 and 2018 elections to understand how they were retracted in the matters.

Keywords: Woman, Politics, Deputy District, Woman_Politics, Woman_Politics District_Federal

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
1.1	OBJETIVO GERAL	8
1.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	9
1.3	METODOLOGIA	9
2	CONTEXTO HISTÓRICO DAS MULHERES NA POLÍTICA	10
2.1	O objeto de pesquisa: a mulher e sua luta histórica	10
2.2	O Caso Brasileiro	16
3	A TRAJETÓRIA DAS MULHERES NAS ELEIÇÕES DO DISTRITO FEDERAL	22
3.1	Eleições de 2014 para Deputado Distrital no Distrito Federal	22
3.2	Eleições de 2018 para Deputado Distrital no Distrito Federal	27
3.3	Análise da participação feminina no Distrito Federal nas eleições de 2014 e 2018	31
4	PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA	32
4.1	Resultados da pesquisa de campo	32
4.2	Observatório de mídia	34
5	CONCLUSÕES FINAIS	38
6	ANEXO I	39
7	ANEXOS II	45
8	ANEXOS III	47
8.1	Links referente às matérias analisadas de 2014 ordenados do mais recente para o mais antigo	47
8.2	Links referente às matérias analisadas de 2018 ordenados do mais recente para o mais antigo	49
9	REFERÊNCIAS	52

1 INTRODUÇÃO

Em um país onde a população feminina já ultrapassava a masculina em 1980¹ é um alarmante observar que, de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 2016, a taxa de homicídio de mulheres ainda era de 4,5 a cada 100 mil mulheres. Taxa essa que está sempre maior que a média nos últimos 9 anos. Este número aumenta ainda mais se formos considerar mulheres negras, indo para 5,3 a cada 100 mil habitantes no ano em questão². De acordo com o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), em 2016 o número de notificações de estupro era o maior dos últimos seis anos (2011-2016), número que só cresceu desde o primeiro ano informado (2011).³ Em 2017, de acordo com o 12º Anuário Brasileiro de Segurança Pública foram registrados pouco mais de 164 casos de estupro por dia, número que cresceu 8,4% em relação a 2016, e 606 casos de violência doméstica.⁴

Na política, as mulheres são 52% do universo votante no Brasil, de acordo com um estudo do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de 2017. Em uma análise feita pelo “Projeto Mulheres Inspiradoras” (2018), o Brasil ocupa a posição de número 161 no ranking entre os 186 países analisados. O projeto ranqueou os países baseado no número de mulheres nas chefias de governo, do Estado, o número e a proporção de habitantes governados por mulheres e a proporção de cargos em ministérios ocupados por lideranças femininas. Os dados para tais análises foram apoiados em informações da Organização das Nações Unidas (ONU) e órgãos específicos de cada país.⁵

Para entender um pouco melhor sobre o papel da mulher no parlamentarismo brasileiro este trabalho de conclusão de curso propõe um estudo sobre a representação feminina na política. Para tal, será utilizado o método indutivo – baseado na observação de fenômenos, descoberta de relação entre eles e

¹ Disponível em:

<<https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/30082004projecaopopulacao.shtm>>. Acesso em 16/11/2018

² Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33410&Itemid=432>. Acesso em 16/11/2018

³ Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33410&Itemid=432>. Acesso em 16/11/2018

⁴ Disponível em < <http://www.forumseguranca.org.br/atividades/anuario/>>. Acesso em 17/11/2018

⁵ Disponível em: < <http://urlmaster.com.br/ctratk/marlene-campos-machado/Ranking-de-Presen%C3%A7a-Feminina-no-Poder-Executivo-2018.pdf> >. Acesso em 17/11/2018

generalização da relação, método histórico – pois parte-se da ideia de que todo o presente é moldado de acordo com acontecimentos do passado, e o método comparativo combinado com o estatístico – tendo em vista que para compreender a amplitude da representação feminina, ou falta desta, no cenário político atual serão comparados os dados femininos brasileiros com dados de outros países e do sexo oposto. Foi utilizada também a pesquisa exploratória, tendo em vista que foram feitas pesquisas de campo para maior compreensão do conhecimento geral da população sobre o tema em questão, entretanto o trabalho baseou-se em sua maior parte em pesquisas e análises de dados já disponibilizados em outras plataformas e pesquisas. O período de análise será o processo eleitoral do Distrito Federal (DF), comparando 2014 versus 2018, onde tentaremos mapear: quantidade de mulheres deputadas, quantidade de mulheres candidatas a todos os cargos, quantas mulheres foram eleitas no mesmo local.

Antes de chegarmos a esse tema, a proposta inicial do projeto de monografia era fazer uma análise sobre a saúde pública no Distrito Federal e como a comunicação organizacional poderia ajudar a melhorar os serviços prestados à população e ao trabalho dos funcionários que neles atuam, porém devido a processos burocráticos dos hospitais da rede pública de saúde do DF este tema ficou inviável de ser estudando dentro do prazo de elaboração deste trabalho.

Diante desse cenário, foi necessário repensar o tema e a estrutura da pesquisa e, dada a atual situação política do país, o processo eleitoral de 2018 e a ascensão dos movimentos sociais, mostrou-se necessário o debate acerca da representação feminina.

Este trabalho foi escrito durante o segundo semestre do ano de 2018 com o auxílio do professor Marcos Francisco Urupá Moraes de Lima, na Universidade de Brasília.

1.1 OBJETIVO GERAL

O objetivo geral desta pesquisa é ter uma ampla visão sobre a representação feminina na política brasileira, focando nos cargos de Deputados e verificar, a partir dos números encontrados, se o percentual de mulheres ocupando cargos políticos é compatível ao mesmo percentual quando se refere a homens.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Para que objetivo geral seja alcançado, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- 1 Analisar a porcentagem de mulheres que ocupam cadeiras na Câmara;
- 2 Analisar quantas mulheres concorreram para Deputado Distrital e Federal em Brasília e quantas foram eleitas;
- 3 Compreender o contexto histórico da luta feminina no Brasil;
- 4 Compreender como se dá a representação feminina em outros países;
- 5 Analisar a evolução ou decréscimo do número de representantes femininas na Câmara de 2014 para 2018;
- 6 Analisar a representação das mulheres nos jornais durante o período eleitoral; e
- 7 Analisar a divergência de representação das notícias relacionadas às candidatas e aos candidatos.

1.3 METODOLOGIA

O trabalho teve como base o pressuposto de que atualmente o Brasil ainda possui uma sociedade que segue um modelo patriarcal onde mulheres possuem menor visibilidade e espaço em determinados cargos políticos e isso gera a desigualdade quando comparamos a relação entre homens e mulheres em cargos dentro das estruturas do Estado estadistas.

Para sua elaboração foi utilizado o método indutivo que é um estudo baseado nas observação e análise das informações sobre um determinado fenômeno, para que possa ser comparada a relação entre eles de forma abrangente.

Para entender mais sobre o assunto foi estudada o contexto histórico, utilizando o processo histórico que consiste em investigar a história do objeto estudado para que seja possível compreender a forma como ele está inserido hoje na sociedade, sendo considerado que o presente é moldado pelo passado. Foi utilizado nesse trabalho para

traçar o histórico feminino de luta no Brasil e no mundo, dando embasamento para que o método comparativo pudesse ser usado.

Foi utilizado também a comparação entre dados estatísticos, onde foi comparado e analisado as diferenças ou semelhanças entre grupos distintos, seja no presente ou no passado, para que a partir desse comparativo possa se entender melhor o comportamento humano e como as coisas funcionam.⁶

2 CONTEXTO HISTÓRICO DAS MULHERES NA POLÍTICA

2.1 O objeto de pesquisa: a mulher e sua luta histórica

A história de lutas femininas, assim como das demais minorias⁷, por seus direitos e igualdade é dolorosa, demorada, difícil e sangrenta. O direito à participação feminino sempre foi uma conquista tardia quando comparada aos homens, e isso remonta desde a Grécia antiga, quando a ideia de cidadania foi instituída e era uma exclusividade aos homens livres (BRITO, 2001).

O ano de 1857 marcou a luta feminina quando em uma reivindicação, em Nova York, pela redução das horas de trabalho e pelo direito à licença maternidade, 129 operárias de uma indústria têxtil morreram queimadas em decorrência da ação policial. Tal evento motivou a criação do dia internacional da mulher, sendo este comemorado no dia 08 de março em homenagem às mulheres que faleceram naquele episódio (GONZÁLES, 2010).

Em 1919 ocorreu a primeira Conferência do Conselho Feminino da Organização Internacional do Trabalho (OIT) onde foi aprovada a resolução que garantia igualdade salarial para todos que exercessem a mesma função⁸

considerando que a paz universal e duradoura só pode ser estabelecida se for baseada na justiça social; E considerando que existem condições de trabalho que envolvem tal injustiça, privações e privações para um

⁶ MARCONI; LAKOS, **Fundamentos Da Metodologia Científica**, 2003, p.106

⁷ Considera-se aqui que minorias não são grupos com menos quantidade de pessoas e sim com menos direitos e com maior desigualdade.

⁸ Disponível em: <<https://www.ilo.org/global/about-the-ilo/history/lang--en/index.htm>>. Acesso em: 07/11/2018. Tradução Livre.

grande número de pessoas, a ponto de produzir desassossego tão grande que a paz e a harmonia do mundo estão em perigo; e uma melhoria dessas condições é urgentemente necessária; como, por exemplo, pela regulamentação das horas de trabalho, incluindo o estabelecimento de um dia e uma semana máximos de trabalho, a regulamentação da oferta de trabalho, a prevenção do desemprego, a provisão de um salário digno adequado, a proteção do trabalhador contra doença, doença e lesões resultantes do seu emprego, protecção de crianças, jovens e mulheres, protecção contra a velhice e lesões, protecção dos interesses dos trabalhadores quando empregados noutros países que não o seu, reconhecimento do princípio da igualdade de tratamento remuneração por trabalho de igual valor, reconhecimento do princípio da liberdade de associação, organização da educação profissional e técnica e outras medidas. (OIT CONSTITUIÇÃO, 1919, PREÂMBULO)⁹

Em 1948 a Declaração Universal dos Direitos Humanos é publicada pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Sendo este uma grande conquista histórica, pois era um documento internacional que garantia a igualdade de direitos para homens e mulheres.¹⁰ O ponto marcante foi o Artigo nº2, onde falava que

1. Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.
2. Não será também feita nenhuma distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de

⁹ Tradução livre de: "Whereas universal and lasting peace can be established only if it is based upon social justice; And whereas conditions of labour exist involving such injustice, hardship and privation to large numbers of people as to produce unrest so great that the peace and harmony of the world are imperilled; and an improvement of those conditions is urgently required; as, for example, by the regulation of the hours of work, including the establishment of a maximum working day and week, the regulation of the labour supply, the prevention of unemployment, the provision of an adequate living wage, the protection of the worker against sickness, disease and injury arising out of his employment, the protection of children, young persons and women, provision for old age and injury, protection of the interests of workers when employed in countries other than their own, recognition of the principle of equal remuneration for work of equal value, recognition of the principle of freedom of association, the organization of vocational and technical education and other measure". (ILO CONSTITUTION, 1919, PREAMBLE)

¹⁰ Disponível em: < https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm>. Acesso em 07/11/2018

soberania. (NAÇÕES UNIDAS, Declaração Universal Dos Direitos Humanos, 1948, artigo nº2)

O ano de 1975 foi proclamado pela ONU como o Ano Internacional da Mulher e foi realizada na mesma época a I Conferência Mundial da Mulher com o lema “Igualdade, Desenvolvimento e Paz” e tema “Eliminação da Discriminação da Mulher e o seu avanço social”. Nela foi criado um plano de ação que norteou as diretrizes de governos e da comunidade internacional no período de 1976 a 1985.¹¹ Nesta conferência foi decidido que “a igualdade entre mulheres e homens significa a igualdade em sua dignidade e o valor como ser humano, bem como a igualdade em seus direitos, oportunidades e responsabilidades¹²” tão como assegurou que “mulheres e homens têm direitos e responsabilidades iguais na família e na sociedade”¹³ e, concordando com a Declaração Universal, assegura “o direito das mulheres de trabalhar, de receber salário igual pelo trabalho de igual valor¹⁴”, dentre várias outras resoluções.¹⁵

O dia 25 de novembro foi declarado pelas Nações Unidas como o Dia Internacional de Combate à Violência Contra Mulher. A nomeação desta data ocorreu em homenagem as irmãs Pátria, Minerva e Maria Teresa Mirabal, também conhecidas como Las Mariposas. Elas eram participantes de grupos de resistência ao ditador Trujillo e foram assassinadas na República Dominicana em 1960¹⁶. Elas viraram um símbolo da luta do povo contra a ditadura, de uma luta revolucionária.¹⁷

Assim como as Irmãs Mirabal, outras mulheres também marcaram a história mundial com suas incansáveis lutas como Joana D’Arc e Maria Quitéria de Jesus e tantas outras.

¹¹ Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/planeta5050-2030/conferencias/>>. Acesso em: 07/11/2018

¹² Tradução livre de: “equality between women and men means equality in their dignity and worth as human beings as well as equality in their rights, opportunities and responsibilities” (ONU, Report of the World Conference of the International Women’s Year, 1975, p.4)

¹³ Tradução livre de: “women and men have equal rights and responsibilities in the family and in society” (ONU, Report of the World Conference of the International Women’s Year, 1975, p.4)

¹⁴ Tradução livre de: “the right of women to work, to receive equal pay for the work of equal value” (ONU, Report of the World Conference of the International Women’s Year, 1975, p.4)

¹⁵ Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp/-/content/uploads/2015/03/relatorio_conferencia_mexico.pdf> Acesso em: 18/11/2018

¹⁶ Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-42125587>>. Acesso em: 07/11/2018

¹⁷ Disponível em: <<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/escrita-e-critica-literaria-no-brasil/assets/artigos/3.pdf>>. Acesso em 18/11/2018

Nascida em Domrémy-la-Pucelle, na França, D'Arc foi uma grande chefe militar e heroína da Guerra dos Cem Anos. Ela foi queimada viva aos 19 anos após ser acusada de heresia. Quase cinco séculos após sua morte, D'Arc foi beatificada pela Igreja Católica e virou Santa Padroeira da França.¹⁸

O Brasil teve uma mulher que também lutou no exército contra tropas estrangeiras, ela foi Maria Quitéria de Jesus e é considerada a Joana D'Arc brasileira. Nascida em Feira de Santana, decidiu se alistar ao Exército quando começaram as movimentações contra o domínio de Portugal e após a não autorização do pai para tal escolha, se disfarçou de homem, adotou o nome Medeiros e se alistou ao Regime de Artilharia. Pouco tempo depois Maria foi descoberta pelo seu pai, entretanto o Major José Antônio da Silva Castro aprovou sua permanência na tropa por conta de sua habilidade com o arsenal. Quando chegou em Salvador em 1823 com o Exército Libertador, Maria foi ovacionada pela população e depois condecorada com a Ordem Imperial do Cruzeiro do Sul no Rio de Janeiro.¹⁹

De acordo com Brito (2001, p.294), os estudos sobre política e mulher na América Latina antes da década de 70 eram majoritariamente focados em “encontrar o porquê da ausência feminina do mundo da política, considerada especialmente do ponto de vista institucional” (BRITO, 2001, p.294). O que divergia dos estudos europeus e norte-americanos, onde o foco principal era entender e refazer o “passado submerso das mulheres”. Entretanto após a o final da década de 70, quando as mulheres começaram a surgir como protagonistas na política em seus países, os estudos latino-americanos começaram a buscar entender um pouco mais sobre a história delas, mas ainda assim “permaneceram escassas as reflexões teóricas mais aprofundadas sobre o papel das mulheres no campo político” (BRITO, 2001, p.294).

Brito (2001) afirma que as informações apuradas de pesquisas, realizadas principalmente nos Estados Unidos, ocasionaram em

uma ampla discussão entre cientistas políticas feministas que enfatizavam a necessidade de superar a visão das mulheres como essencial e naturalmente apolíticas, buscando novos referenciais teóricos para analisar o comportamento político feminino. Pode-se

¹⁸ Disponível em: <<https://seuhistory.com/biografias/joana-darc>>. Acesso em: 08/11/2018

¹⁹ Disponível em: <<https://seuhistory.com/hoje-na-historia/morre-maria-quiteria-joana-darc-brasileira>>. Acesso em:08/11/2018

considerar como ponto básico deste debate as propostas de reconceitualização do político quanto à sua natureza e ao seu âmbito. (BRITO, 2001, p. 293)

Quando se fala da história sobre direito ao voto, o primeiro país a conceder o direito ao voto às mulheres foi a Nova Zelândia em 1893 (RIBEIRO, 2012), seguida pela Austrália em 1902 e pela Finlândia em 1906. Já na América Latina, o primeiro país a conceder este direito foi o Equador em 1929, seguido pelo Brasil em 1934 e pela Argentina em 1946.²⁰ Na Arábia Saudita as mulheres só conseguiram esse direito em 2011, mas apenas participaram efetivamente de um processo eleitoral em 2015, sendo este um marco para a história do mundo Árabe.²¹

A Argentina, embora não tenha sido o primeiro país da América Latina a conceder o direito, foi o primeiro a ter uma presidente, Isabelita Perón, que assumiu o cargo após seu marido falecer em 1974.²²

Em contrapartida, uma das maiores potências do mundo, os Estados Unidos, não teve ainda nenhuma presidente mulher e não por falta de tentativa. Desde 1872 tem-se registro de mulheres concorrendo à presidência do país. E a falta de representação não se encerra com isso, até 2016, apenas um quinto das cadeiras do Congresso Americano era ocupado por mulheres e apenas seis dentre os 50 Estados tinham na posição de governador mulheres.²³

De acordo com uma pesquisa da Inter-Parliamentary Union de 2018²⁴ que compara o percentual de parlamentares homens e mulheres nas respectivas Câmara dos Deputados em vários países, foi apresentado que o país com maior representação do mundo é a Ruanda e os últimos (empatados com o mesmo percentual) são Micronésia, Papua-Nova Guiné Vanuatu e Iêmen.

Ruanda, que está em primeiro lugar entre todos os países, é um pequeno país que carrega uma história densa. Localizado na África, ele já enfrentou o que

²⁰ Disponível em: < <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=292039>>. Acesso em: 08/11/2018

²¹ Disponível em: < https://brasil.elpais.com/brasil/2015/05/01/internacional/1430473784_207874.html> Acesso em: 08/11/2018

²² Disponível em: < https://elpais.com/internacional/2017/06/29/argentina/1498747987_801845.html>. Acesso em 08/11/2018. Tradução livre.

²³ Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-36495798>>. Acesso em: 08/11/2018

²⁴ Disponível em: < <http://archive.ipu.org/wmn-e/classif.htm>>. Acesso em 06/11/2018. Tradução livre.

Debussscher e Ansoms (2013) consideraram como uma das maiores tragédias do século 20, o genocídio de 1994.

Por muitos anos os belgas, colonizadores de Ruanda, estimularam e manipularam o domínio da tutsi (considerada a etnia superior) sobre a hutu (que era maioria) através de “altos impostos e trabalho forçado”. Os belgas conseguiram através da Igreja Católica que a burguesia dos tutsis estivessem a frente do país. Estes comandaram até a revolta dos hutus contra a repressão. Surgiu assim a rixa entre essas etnias, que resultou em 1994 em um dos maiores massacres da história (GUZZO, 2009). As tropas Interahamwe, composta pelos hutus, estavam sendo treinadas e equipadas pelo exército ruandês com a finalidade de extinguir os tutsis do país. Através da *Radio Télévision Libre de Mille Collines* (RTLM), comandada pelos grupos hutus mais extremos, foram enviadas mensagens incitando as dissemelhanças que afastavam os grupos étnicos e convidando a população hutu a participa do massacre (GUZZO, 2009), o que culminou na morte de milhões de pessoas. O genocídio foi finalizado quando a Frente Patriótica da Ruanda derrotou o governo em atuação e instalou um novo (DEBUSSSCHER; ANSOMS, 2013).²⁵

Não diferente da maioria dos países, as mulheres em Ruanda permaneceram por muito tempo sem direitos e submissas aos homens, mas isso mudou após o genocídio²⁶, Debussscher e Ansoms (2013) consideram que têm três razões que podem explicar o motivo dessas mudanças:

(1) os papeis de gênero mudaram durante o período de conflito e intensa violência; (2) o movimento das mulheres desempenhou um papel muito ativo no período imediato do pós-guerra; (3) elites pós-genocídio em posições de liderança demonstraram um forte compromisso com a igualdade de gênero. (DEBUSSSCHER; ANSOMS, 2013, p. 4)

O governo de Ruanda começou, então, a pensar e se preocupar com esse problema e iniciou a criação de um ambiente favorável para igualdade de gênero, se

²⁵ Tradução livre do artigo “Gender Equality Policies in Rwanda: Public Relations or Real Transformations?”, p.1

²⁶ Contexto do genocídio de 1994: Baseado no artigo “Gender Equality Policies in Rwanda: Public Relations or Real Transformations?”. Tradução Livre.

comprometendo com a luta por direitos iguais e com a inclusão da mulher na política para a reconstrução do país. A Constituição da Ruanda de 2003 assegura que ambos os sexos devem ocupar no mínimo 30% de todos os órgãos que são responsáveis por tomadas de decisões no país. As mulheres no país têm muita força, são maioria e são reconhecidas como parte do processo de criação da nação, mas a mudança de pensamentos continua e passa de geração para geração.²⁷

Quando se refere aos países da América, os países que constam na pesquisa da Inter-Parliamentary Union de 2018²⁸ são, em ordem decrescente: Cuba, Bolívia, México, Granada, Nicarágua, Costa Rica, Argentina, Equador, Guiana, El Salvador, Trindade e Tobago, Peru, Canadá, República Dominicana, Dominica, Chile, Venezuela, Honduras, Uruguai, Barbados, Estados Unidos da América, Panamá, Colômbia, Jamaica, Santa Lúcia, Paraguai, São Cristóvão e Nevis, São Vicente e Grandinas, Bahamas, Guatemala, Antígua e Barbuda, Brasil, Belize, Haiti. Percebe-se que o Brasil só fica atrás de Belize e do Haiti.

De acordo com Brito (2001) a participação feminina nas transformações sócio-políticas em países como Argentina, Uruguai, Chile, Peru, Bolívia, Nicarágua e outros vem se tornando mais evidenciado de forma significativa. A autora pontua que “ser mulher na América Latina (...) envolve a luta pelo reconhecimento da sua posição como sujeito social presente no contexto latino-americano” (BRITO, 2001, p. 297).

2.2 O Caso Brasileiro

O movimento feminista brasileiro iniciou-se na década de 1970. Este, mesmo sendo influenciado pelas vivências europeias e norte-americanas, teve como um grande incentivo a contestação ao golpe militar de 1964, onde grandes partes dos grupos feministas estavam associados a organizações com tendências marxistas.²⁹ O movimento trazia uma luta e militância que tinham por finalidade acabar com a violência contra as mulheres e a desigualdade de gênero presente no modelo de sociedade patriarcal (LUZ; SIMÕES, 2016).

²⁷ Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/vinte-anos-apos-o-genocidio-mulheres-lideram-em-ruanda/>>. Acesso em 11/11/2018

²⁸ Disponível em: <<http://archive.ipu.org/wmn-e/classif.htm>>. Acesso em 06/11/2018. Tradução livre.

²⁹ Disponível em: <<https://www.politize.com.br/participacao-das-mulheres-na-politica-brasileira/>>. Acesso em: 06/11/2018

De acordo com Guaresch (2010), a mulher foi historicamente marginalizada e colocada como integrante da esfera privada, ou seja, são responsáveis por cuidar da casa, dos filhos, cozinhar, fazer as atividades domésticas, ficando imergidas no espaço interno da família. Enquanto isso, o homem está inserido na esfera pública, o que na equação de Brito (2001, p.292) significa “homem = público, público = político, homem = político; e Mulher = Privado, Privado = Apolítico, logo, Mulher Apolítica”. MARTINS (2007, p.6) ainda afirma que “se a diferenciação sexual faz parte de nossas características essenciais como espécie animal, os papéis sociais dos gêneros fazem parte da estrutura desigual de poder”.

O movimento feminino luta, entre outras coisas, para quebrar essa ideia, e busca trazer uma série de novas abordagens para modificar a forma como a mulher é colocada perante à sociedade, transformando-a em “agentes integrados aos processos sociais” (BRITO, 2001, p.292) e, indo além disso, colocando-a como sujeito político que está presente na esfera política por meio dos espaços de visibilidade (PINTO, 1990), considerando que

as mulheres, apenas por serem mulheres, não terão sempre os mesmos interesses uma vez que elas podem fazer parte de vários outros grupos. De fato, pertencer a um grupo não significa expressar suas demandas (MARTINS, 2007, p.17)

Em decorrência dessa marginalização que Guaresch (2010) cita, à concessão de direitos, as mulheres sempre estiveram um passo atrás dos homens. No Brasil, elas passaram a poder matricular-se em estabelecimentos de ensino em 1827 e só conseguiram o direito a cursar faculdade em 1879, mesmo este estando disponível no Brasil desde 1808.³⁰ Apesar da mudança na lei, mulheres que decidiam fazer cursos superiores ainda eram socialmente segregadas.

De acordo com a Legislação de 1916, no Título II, Capítulo II, Artigo nº 233, cabia ao marido determinar se a mulher podia trabalhar, onde podia morar e este ainda era responsável pela administração de seus bens. Ainda na mesma legislação de 1916, no Título 1, Capítulo 6, Artigo 219, a não virgindade da mulher era motivo para cancelamento do casamento. Entretanto,

³⁰ Disponível em: <<http://www.faperj.br/?id=2748.2.6>>. Acesso em:07/11/2018

a ideia de um cotidiano feminino vivido no privado, isolado dos acontecimentos políticos e sociais, não encontra respaldo nas investigações empíricas, que, ao contrário, evidenciam relações que precisam ser analisadas a partir de novos referenciais. Certamente, a vida de muitas mulheres se constrói no espaço doméstico, mas este fato não pode ser entendido como sinônimo de isolamento e/ou conservadorismo (BRITO, 2001, p.269)

O primeiro grande marco da conquista feminina no Código Civil foi em 1962, com a Lei 4.212/1962, denominada Estatuto da Mulher Casada concedeu mais autonomia para a mulher, que passou a poder colaborar na administração conjugal. Além disso, a necessidade de aprovação do marido para o trabalho também foi cessada e foi criado o que foi titulado na época como “bens reservados”, que era o patrimônio que a esposa constituía com o fruto do seu trabalho.³¹

Entrando no século XXI, em 2006 foi sancionada a lei Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, uma outra vitória para a luta feminina. Intitulada como Lei Maria da Penha ela

cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. (BRASIL, 2006)

Em 2015 uma outra grande conquista feminina aconteceu: foi aprovada a Lei do Femicídio, que caracteriza o assassinato de mulheres como crime hediondo.

Como os demais direitos femininos, a concessão do direito para adentrarem no campo político veio a partir de lutas contra a vivência em uma cultura com “pretensão à hegemonia” (PINTO, 94), que é a

³¹Disponível em: <http://www.mariaberenice.com.br/uploads/18_-_a_mulher_no_c%F3digo_civil.pdf>. Acesso em: 06/11/2018

construção de visão de mundo dos sujeitos partidários do campo político que buscam adesão através da construção de Interesses gerais da sociedade. Este discurso, malgrado suas divisões ideológicas internas, tende a lutar pela conservação de um espaço privilegiado de disputa política, dificultando a incorporação de novas lutas. (PINTO, 94, p. 256)

Em seu governo provisório, Getúlio Vargas elaborou a primeira proposta do código eleitoral que garantia o direito ao voto para viúvas e solteiras maiores de 21 anos, entretanto as que fossem casadas ainda dependiam da autorização do marido. Em 1932 foi concedido o direito de votar. A mulher casada permanecia ainda sem o poder total de seus direitos para que não entrasse em conflito com seus atributos principais que eram cuidar da família (LUZ; SIMÕES, 2016). Em 1934 esse direito ficou claro e estabelecido na Constituição, com isso o Brasil se tornou o 4º país das Américas a firmar o direito ao voto para as mulheres, ficando atrás do Canadá, Estados Unidos e Equador.³²

Alzira Soriano de Souza foi eleita a primeira prefeita do Brasil em 1928, sendo a primeira mulher da América Latina a assumir o governo de uma cidade no Brasil e na América Latina, porém só exerceu o mandato por poucos meses e em 1930 perdeu-o por não concordar com o governo Vargas.³³ Ainda assim, no pouco tempo que governou, Alzira incitou a construção de estradas, mercados públicos e privados e avanços na iluminação pública.³⁴ Após a conquista do direito ao voto e a ser votada, Carlota Pereira de Queiróz foi a primeira mulher eleita no Brasil para a Câmara dos deputados (deputada federal), em 1934. Era formada em medicina e representante da elite paulista. Na mesma época Alagoas, Bahia, Sergipe, São Paulo e Amazonas elegeram deputadas estaduais.

Outros momentos importantes para a luta política das mulheres são: a realização do primeiro encontro nacional feminista no Brasil em 1949, a primeira

³² Disponível em: < <https://feminismo.org.br/historia/>>. Acesso em: 07/11/2018

³³ Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2013/Marco/semana-da-mulher-primeira-prefeita-eleita-no-brasil-foi-a-potiguar-alzira-solano>>. Acesso em 07/11/2018

³⁴ Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/comissao-de-defesa-dos-direitos-da-mulher-cmulher/seminarios-e-outros-eventos/diploma-mulher-cidada-carlota-pereira-de-queiros/edicao-2018-diploma-mulher-cidada-carlota-pereira-de-queiros/resumo-alzira-soriano>>. Acesso em:17/11/2018

Conferência Nacional de Mulheres Trabalhadoras do Brasil em 1956, o início do Jornal Brasil Mulher em 1975 e a nomeação da primeira ministra do país, Esther de Figueiredo Ferraz em 1982. Ela foi nomeada pelo general Figueiredo para o Ministério da Educação. Esther Ferraz já tinha ocupado uma cadeira na OAB e ministrado aulas na USP. Em 1985 foi criado Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM), que respondia ao Ministério da Justiça. No mesmo ano, Fortaleza foi a primeira capital a eleger uma prefeita, Maria Luiza Fontenelle.³⁵

Com a reformulação da Constituição Federal em 1988 vieram várias conquistas simbólicas e importantes para as mulheres como a igualdade nos direitos e nas obrigações (Art. 5º, INCISO I), “licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias” (Constituição Federal, 1988, Art. 7º, INCISO XVIII), “às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação” (Constituição Federal, 1988, Art. 5º, INCISO L) “proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil” (Constituição Federal, 1988, Art. 7º, INCISO XXX), “os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher” (Constituição Federal, 1988, Art. 226º, Parágrafo 5º).³⁶

O ano de 1997 teve um grande marco para a luta feminina, pois foi criada a Lei 9.504/97, onde diz que os partidos ou coligações devem reservar no mínimo 30% das vagas de candidatura para cada sexo e limitava que o máximo que um único sexo poderia ter era de 70% e buscava maior igualdade de gênero na esfera política (GUARESCHI, 2010). Contudo, essa lei se mostra ainda insuficiente, já que, de acordo com Luiz e Simões (2016), baseados em Matos (2010), a realidade brasileira ainda conta com uma grande diferença quando se trata da representação dos gêneros na política e as mulheres estão sendo inseridas nos partidos políticos como “tampões” para essas cotas, pois na verdade a política ainda é conservadora e tradicional.

Fazendo uma comparação com a Ruanda, percebe-se a diferença também da lei brasileira para a lei ruandesa. A lei no Brasil é referente às candidaturas, enquanto em Ruanda é sobre a presença das mulheres nos órgãos políticos. Nota-se, assim, a

³⁵ Disponível em: < <https://feminismo.org.br/historia/>>. Acesso em: 07/11/2018

³⁶ Constituição Da República Federativa Do Brasil, 1988

diferença na efetividade da lei para contribuir na representação feminina e mudar de fato o cenário político.

É interessante reparar também em outro país que tem lei de cotas efetiva: a Índia. A Índia é um país superpopuloso baseado em uma cultura tradicional que teve a lei de cotas criada em 1992. Outro ponto a ser levantado é que a lei não é apenas para mulher, outras minorias como os Dalits e tribos têm também seu espaço garantido por lei, o que proporciona maior diversidade e representação nos governos.³⁷

De acordo com Luz e Simões (2016), citando Beaman (2012), o número de mulheres eleitas em eleições locais subiu de menos de 5% para mais de 40% em um período de 8 anos após a implementação das cotas. Na pesquisa da Inter-Parliamentary Union de 2018, a Índia ocupa a posição de número 152, estando a frente do Brasil.³⁸

Nas eleições de 2010, foi eleita a primeira presidente do Brasil, Dilma Rousseff. Esta nomeou nove mulheres para ficarem a frente de ministérios, de um total de 37 ministros nomeados. Um recorde para o país.³⁹ Dilma foi reeleita em 2014 e em 2016 sofreu impeachment, quando seu vice, Michel Temer, assumiu.

Pode-se observar a partir dos fatos apresentados que o Brasil nas últimas décadas vem reunindo uma crescente onda de movimentos feministas que marcam a luta da mulher pelos seus direitos e modificam pouco a pouco a sociedade e suas normas, afirmando sua cidadania e transformando-a em sujeito social participativo. Contudo, o resultado do progresso ainda é lento e Matos (2010) considera que existem grandes obstáculos que levam a isso e estes podem ser divididos em três partes

no nível macro são encontrados os elementos de determinação individual/subjetiva, que refletem a receptibilidade do ambiente político em relação às mulheres, bem como o apoio e a sustentação familiar para ingresso e permanência política. Outro nível de obstáculo a ser considerado é o da interação sócio-política, que se sustenta na baixa receptividade do ambiente político às mulheres candidatas e igual baixa

³⁷ Disponível em: < <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/redes/article/view/2318-8081.16.25/pdf>>. Acesso em: 20 nov 2018

³⁸ Disponível em: < <http://archive.ipu.org/wmn-e/classif.htm>>. Acesso em 17/11/2018. Tradução livre.

³⁹ Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/conheca-dilma-e-seus-37-ministros/>>. Acesso em: 07/11/2018

estimativa de aporte real de recursos financeiros-econômicos para as campanhas. Por último, tem-se o nível político-filosófico-epistêmico, que reflete a dificuldade no plano formal e institucional, inerente à própria competição política (LUZ; SIMÕES, 2016, p.79).

A falta de representação de forma efetiva na política tem várias consequências sobre a sociedade, dentre elas, como cita Luiz e Simões (2010), a fragilização da identificação da população com o governo, porque este não reflete de fato a sociedade, e o déficit de políticas voltadas para mulheres. Além de, como citam Mendes, Vaz e Carvalho (2015), atrasar discussões relacionadas a temas femininos, como a descriminalização do aborto, aumento da licença paternidade e discussões sobre medidas para acabar com o assédio sexual que não resultem na exclusão da mulher e em um aumento da segregação de gênero (como o vagão exclusivo no metrô).

3 A TRAJETÓRIA DAS MULHERES NAS ELEIÇÕES DO DISTRITO FEDERAL

Para entender melhor sobre a participação das mulheres no Distrito Federal, foram analisados 4 cenários, em dois anos diferentes: a quantidade de candidatas ao cargo de Deputado Distrital no Distrito Federal, a quantidade de candidatos ao mesmo cargo, a quantidade de mulheres eleitas como Deputadas Distritais e a quantidade de homens eleitos. Estes pontos foram analisados sobre as eleições de 2014 e 2018.

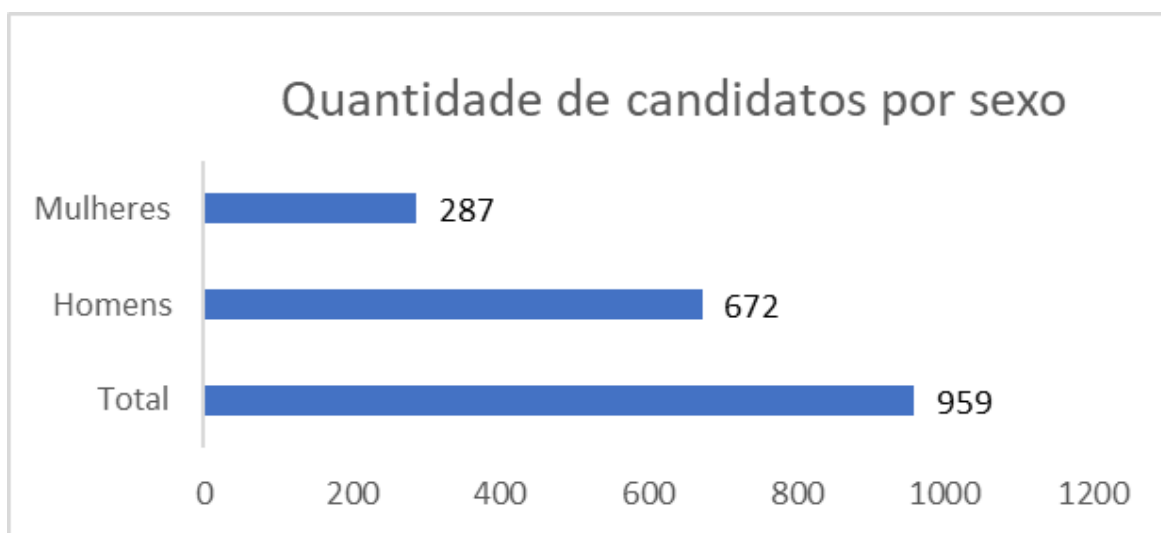
3.1 Eleições de 2014 para Deputado Distrital no Distrito Federal

Nas eleições de 2014, 959 pessoas estiveram aptas e puderam concorrer ao cargo de Deputado Distrital, destas, 24 foram eleitas.

Pode-se perceber a partir da análise dos gráficos a seguir, que a quantidade de mulheres que se candidataram ao cargo em questão é de apenas, aproximadamente, 30%, e, apesar de ser a menor parte, elas têm uma média de valor máximo investido na campanha maior. Uma outra informação relevante a se observar

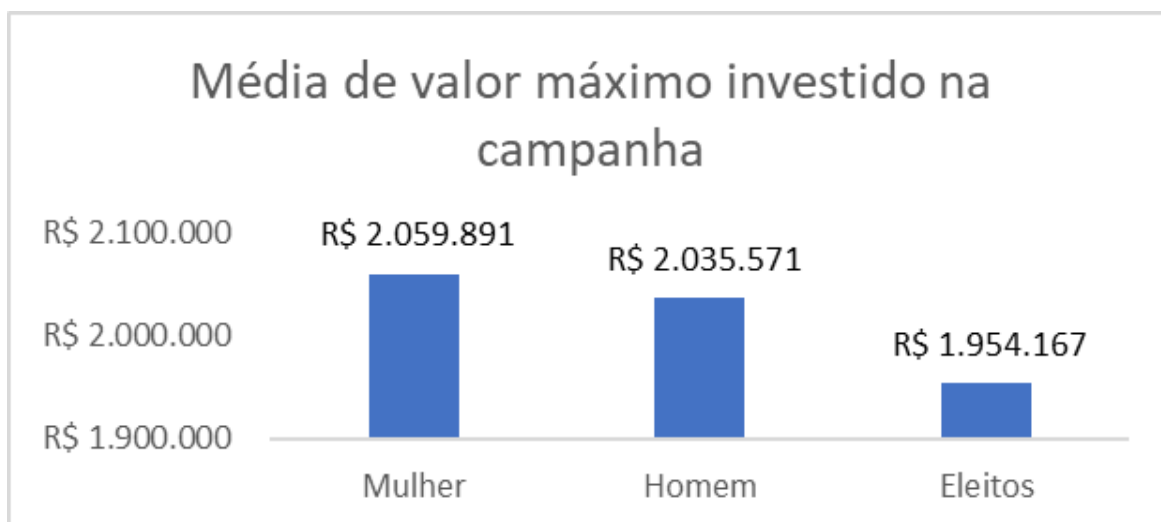
é a diferença entre a raça dos concorrentes, onde a predominância é branca, e o nível de escolaridade dos mesmos, no qual o ensino superior completo é a grande maioria.

Gráfico 1 – Representação da quantidade de candidatos por sexo ao cargo de Deputado Distrital no Distrito Federal em 2014



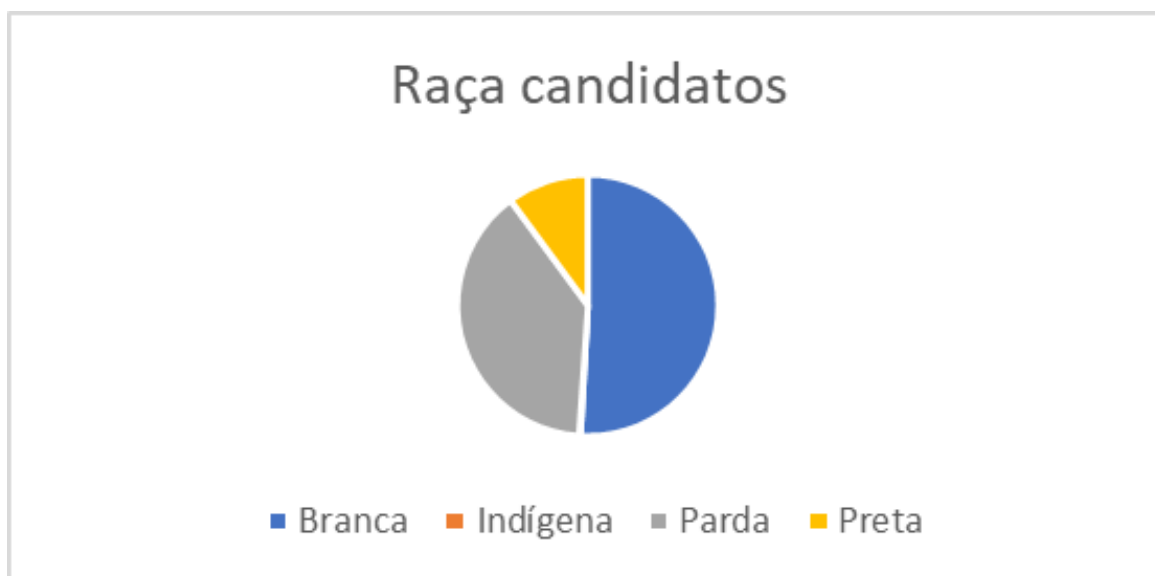
Fonte: TSE

Gráfico 2 – média de valor máximo investido nas campanhas ao cargo de Deputado Distrital no Distrito Federal em 2014 separados por sexo (cálculo foi realizado a partir da média aritmética do investimento máximo de todos os candidatos)



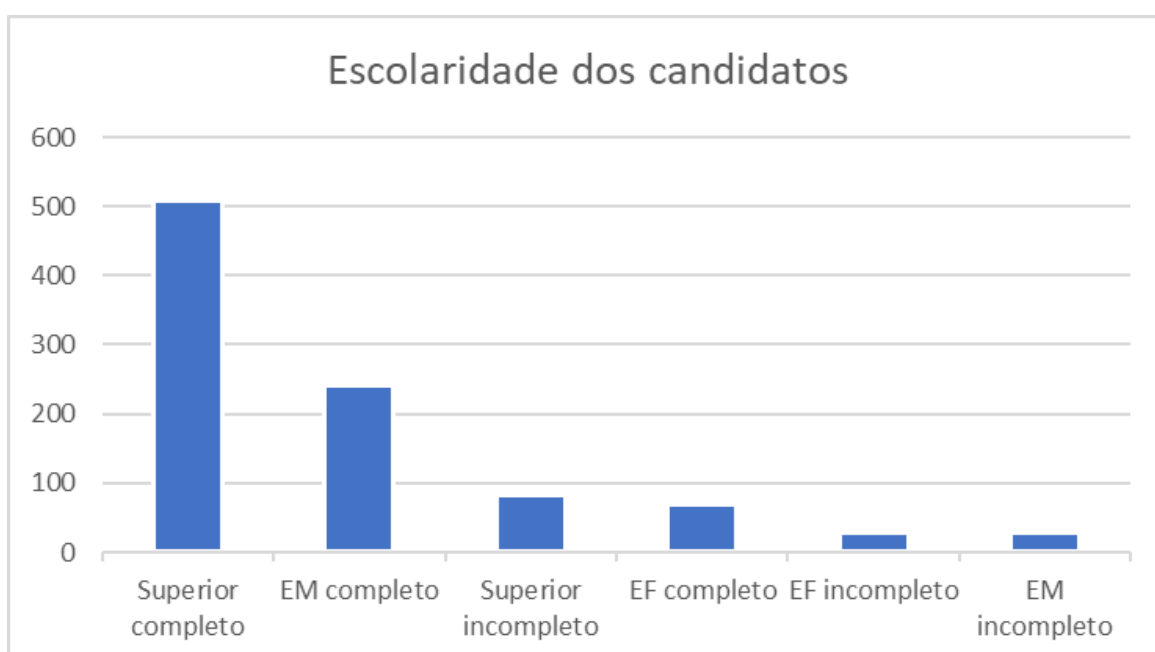
Fonte: TSE

Gráfico 3 – Representação por raça dos candidatos ao cargo de Deputado Distrital no Distrito Federal em 2014



Fonte: TSE

Gráfico 4 – representação da escolaridade dos candidatos ao cargo de Deputado Distrital no Distrito Federal em 2014

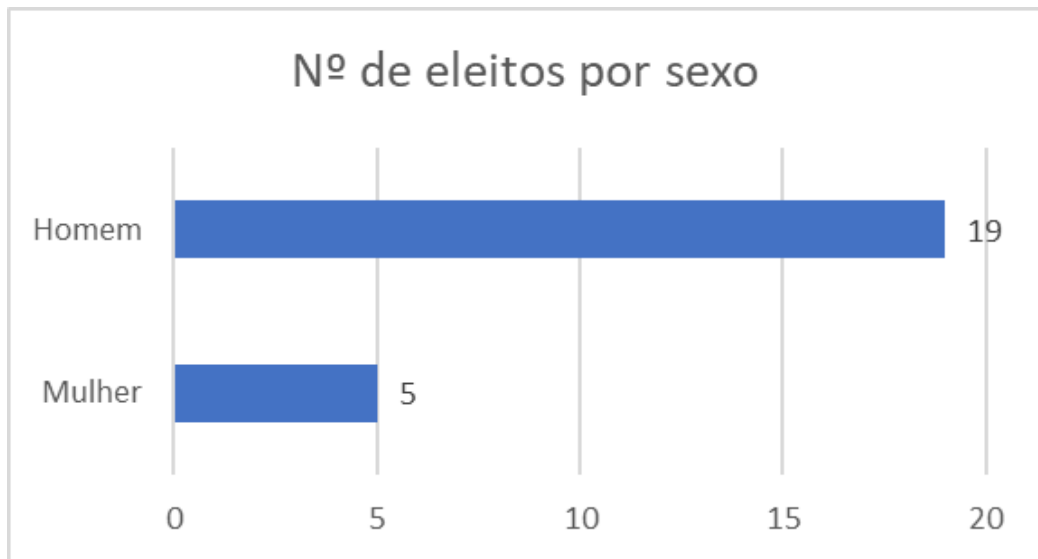


Fonte: TSE

Os 24 candidatos eleitos dos 959 que concorreram foram: Julio Cesar, Robério Negreiros, Professor Israel, Dr Michel, Rodrigo Delmasso, Joe Valle, Wasny de Roure, Rafael Prudente, Chico Vigilante, Cristiano Araujo, Lira, Raimundo Ribeiro, Juarezão, Chico Leite, Agaciel Maia, Ricardo Vale, Bispo Renato, Professor Reginaldo Veras, Wellington Luiz, Sandra Faraj, Liliane Roriz, Celina Leão, Telma Rufino e Luzia de Paula.⁴⁰

Quando se analisa o número dos eleitos, a porcentagem de mulheres fica ainda mais baixa, caindo para 21%, com apenas cinco mulheres eleitas, ou seja, 2% das mulheres que pleiteavam o cargo conseguiram alcançar a cadeira na Câmara.

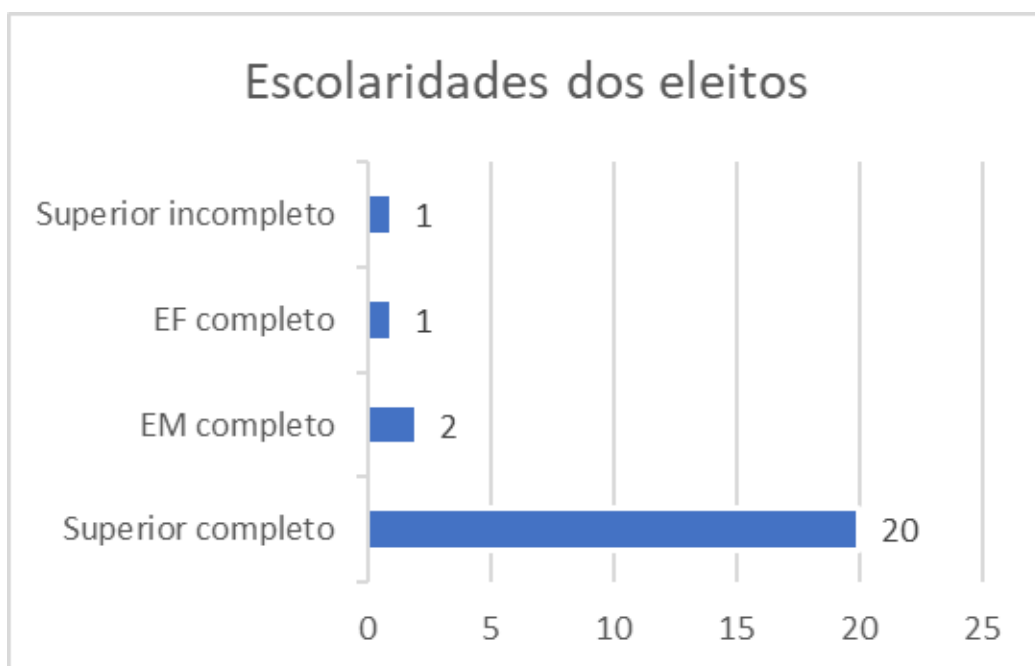
Gráfico 5 – representação da quantidade de candidatos eleitos por sexo ao cargo de Deputado Distrital no Distrito Federal em 2014



Fonte: TSE

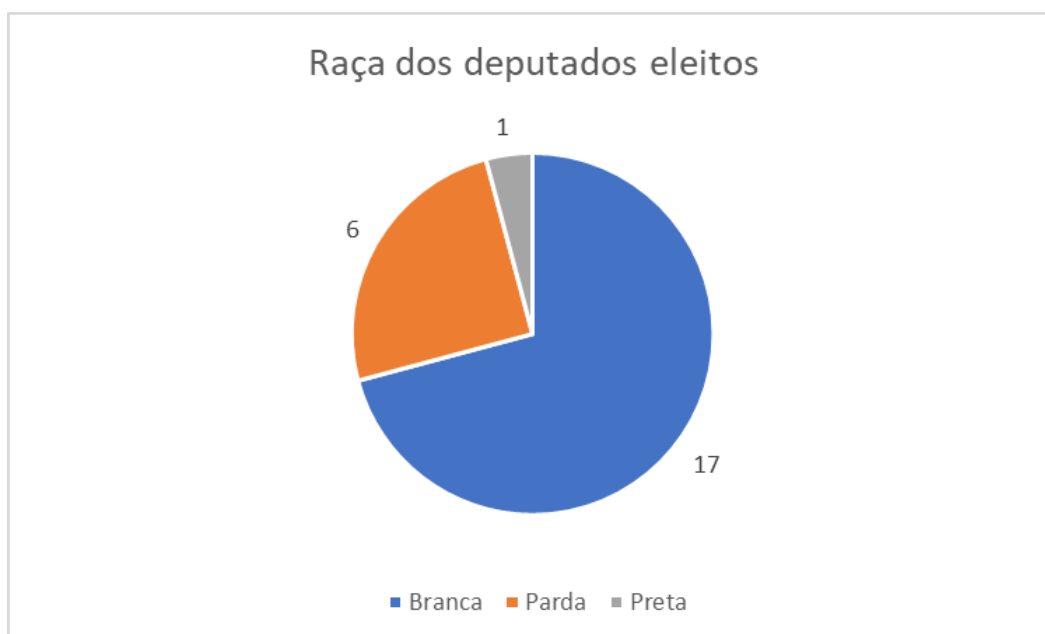
⁴⁰ Disponível em: < <https://www.eleicoes2014.com.br/candidatos-deputado-distrital-distrito-federal/>>. Acesso em: 08/11/2018

Gráfico 6 – representação da escolaridade dos candidatos eleitos ao cargo de Deputado Distrital no Distrito Federal em 2014



Fonte: TSE

Gráfico 7 – representação da quantidade de candidatos por raça ao cargo de Deputado Distrital no Distrito Federal em 2014

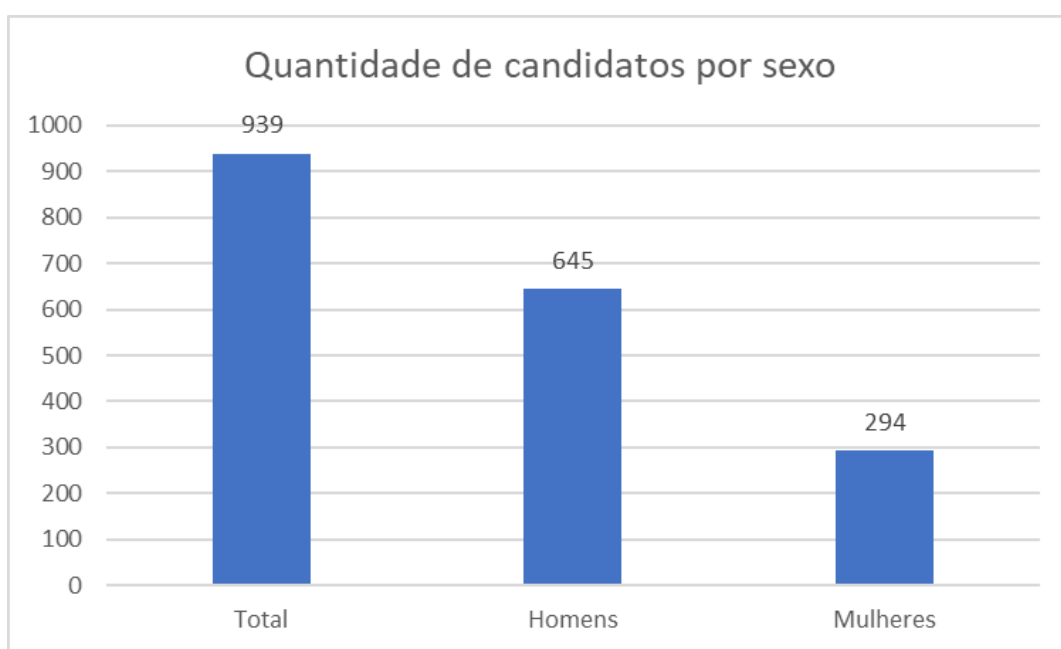


Fonte: TSE

3.2 Eleições de 2018 para Deputado Distrital no Distrito Federal

O número de candidatos aptos à corrida pela vaga na Câmara em 2018 foi um pouco menor que em 2014, 939 pessoas estiveram aptas a concorrer. O número de eleitos permanece o mesmo, 24.⁴¹

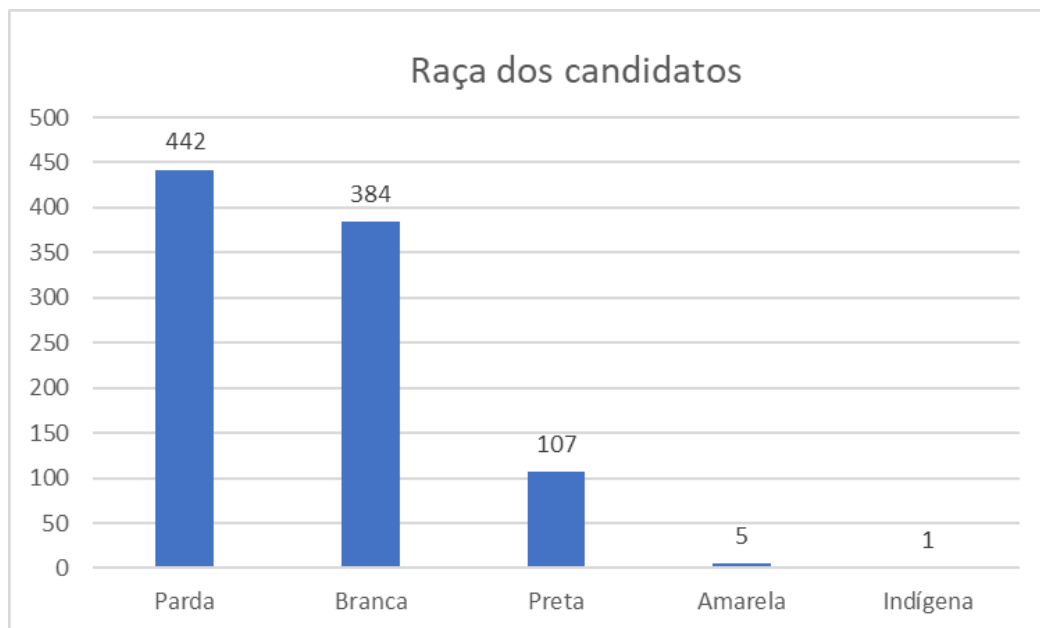
Gráfico 8 – representação da quantidade de candidatos por sexo ao cargo de Deputado Distrital no Distrito Federal em 2018



Fonte: TSE

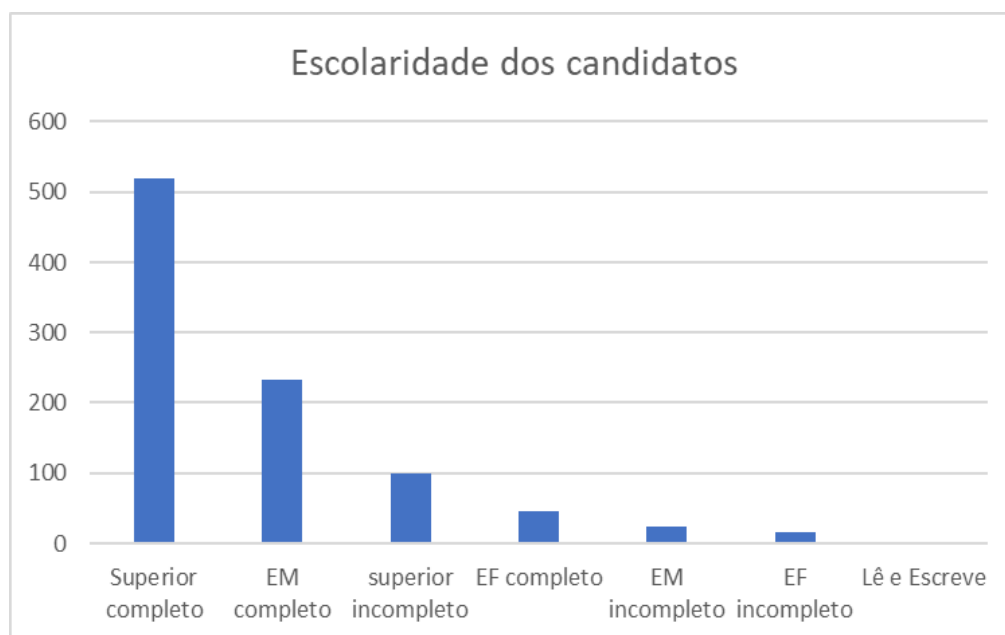
⁴¹ Não foram disponibilizadas informações referentes ao valor máximo investido na campanha por candidato até o dia da pesquisa: 09/11/2018

Gráfico 9 – representação da quantidade de candidatos por raça ao cargo de Deputado Distrital no Distrito Federal em 2018



Fonte: TSE

Gráfico 10 – representação da quantidade de candidatos por grau de escolaridade ao cargo de Deputado Distrital no Distrito Federal em 2018

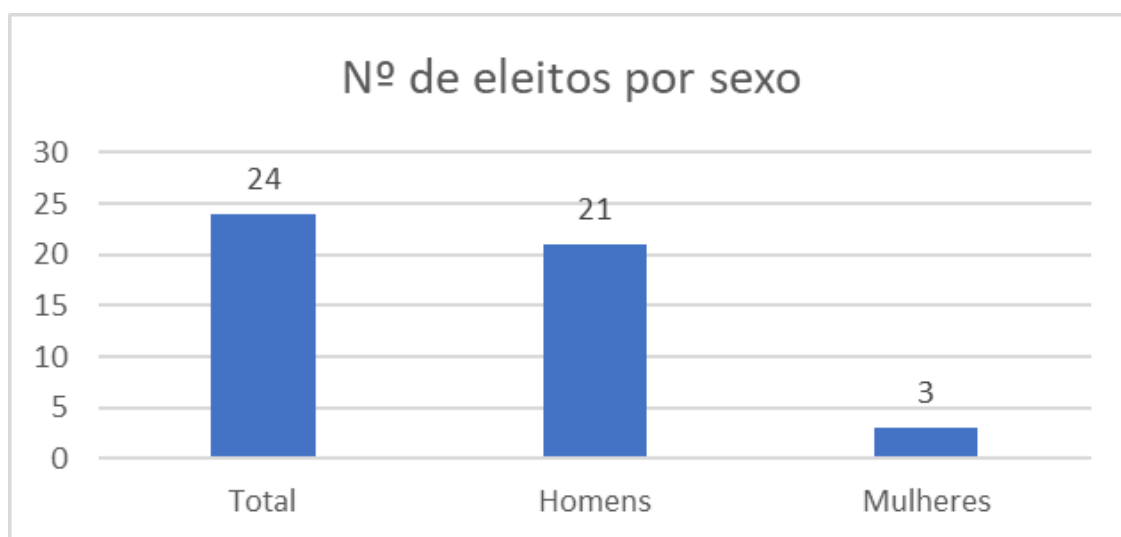


Fonte: TSE

Os 24 candidatos eleitos no ano de 2018 foram Reginaldo Rocha Sardinha, Julia Lucy Marques Araujo, Joao Hermeto de Oliveira Neto, Jorge Viana de Sousa, Arlete Avelar Sampaio, Leandro Antonio Grass Peixoto, Francisco Claudio de Abrantes, Telma Rufino Alves, Rodrigo Germano Delmasso Martins, Fábio Felix Silveira, Daniel Xavier Donizet, Marcos Martins Machado, Eduardo Weyne Pedrosa, João Alves Cardoso, Agaciel Da Silva Maia, Francisco Domingos Dos Santos, Valdelino Rodrigues Barcelos, Rafael Cavalcanti Prudente, Fernando Batista Fernandes, José Gomes Ferreira Filho, Roosevelt Vilela Pires, Iolando Almeida de Souza, Reginaldo Veras Coelho e Robério Bandeira de Negreiros Filho.

O número de mulheres eleitas em 2018 foi de três, o que representa 13% do total de eleitos. Os brancos são maioria e, somados com os pardos, ocupam mais de 90% das cadeiras. Da mesma forma que a predominância é de pessoas com o ensino superior completo.

Gráfico 11 – representação por sexo dos candidatos eleitos em 2018 ao cargo de Deputado Distrital no Distrito Federal



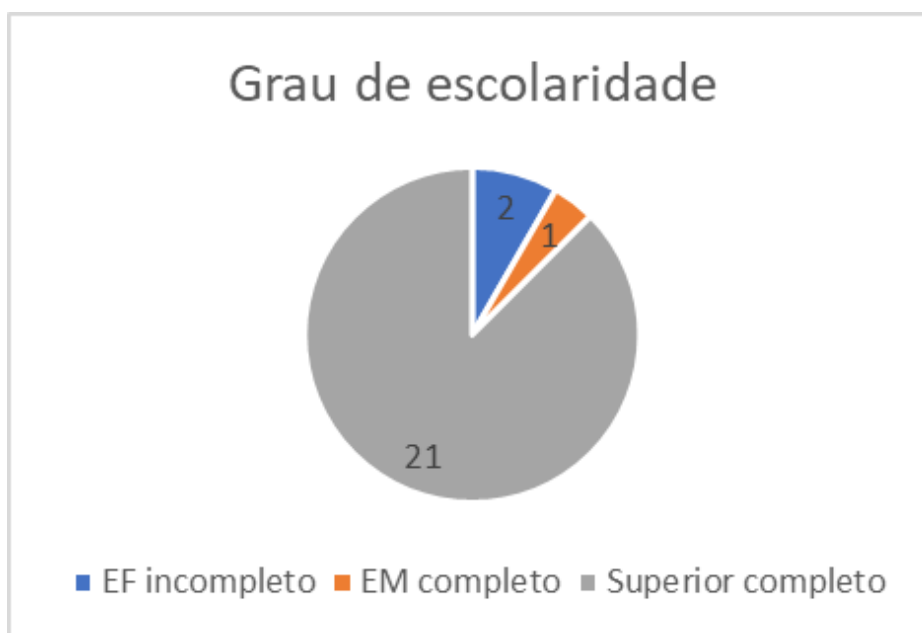
Fonte: TSE

Gráfico 12 – representação por raça candidatos eleitos em 2018 ao cargo de Deputado Distrital no Distrito Federal



Fonte: TSE

Gráfico 13 – representação por grau de escolaridade dos candidatos eleitos em 2018 ao cargo de Deputado Distrital no Distrito Federal



Fonte: TSE

3.3 Análise da participação feminina no Distrito Federal nas eleições de 2014 e 2018

Quando se pensa no histórico de lutas sócias das mulheres, assume-se que com elas viria um aumento da representação feminina. Entretanto, observando a diferença entre os números de 2014 para 2018, percebe-se que a realidade não melhorou.

É importante ressaltar que ambas as eleições tiveram 30% ou mais de mulheres como candidatas ao cargo de Deputado Distrital, cumprindo então a cota estabelecida pela lei nº 9.504/97⁴², a “Lei de Cotas”. Contudo, o número de candidatas eleitas não chegou nenhuma vez a tal porcentagem, concordando, assim, com Fontes, Paranhos, Oliveira e Santos (2017) quando mostra que a cota é efetiva para a candidatura delas, mas não apresenta um percentual similar nos números da eleição, onde os homens seguem prevalecendo. Há também um fator importante para esses resultados que é a utilização de “mulheres laranja” para preencher as lacunas e alcançar os 30% exigidos pela Lei.⁴³ Esses dados comprovam o argumento de Luiz e Simões (2016) de que a lei de cotas tem suas brechas e não é de fato tão efetiva.

Em 2018 o número de mulheres candidatas ao cargo de Deputado Distrital aumentou 2% em relação à eleição anterior, de 2014⁴⁴, o que mostra um avanço no interesse das mulheres a participarem de cargos estadistas. Ainda assim, o número de candidatas eleitas diminuiu em 40%⁴⁵.

É possível reparar também que mesmo tendo a maior média de valor máximo de campanha nas eleições de 2014, as mulheres eleitas ainda assim não alcançam 1/3 da quantidade de homens eleitos, comprovando, assim, que o problema não é apenas a falta de investimento em suas campanhas.

⁴² Disponível em: < <http://www.inesc.org.br/artigos/e-perfeitamente-possivel-alcancar-o-cumprimento-de-no-minimo-30-das-cotas-para-mulheres-nas-eleicoes>>. Acesso em: 09/11/2018

⁴³ Disponível em: < <http://www.sinteseeventos.com.br/ciso/anaisxvciso/resumos/GT06-23.pdf>>. Acesso em 17/11/2018

⁴⁴ Média calculada a partir do número total de candidatas em 2014 (287) e em 2018 (294).

⁴⁵ Média calculada a partir do número de candidatas eleitas em 2014 (5) e em 2018 (3).

4 PERCEÇÃO DA POPULAÇÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA

Buscando uma maior compreensão do conhecimento da população sobre os candidatos e os atuais deputados do Distrito Federal foi feita uma pesquisa de campo e uma análise sobre as matérias que saíram no jornal Correio Braziliense um mês antes das eleições de 2014 e 2018.

4.1 Resultados da pesquisa de campo

A pesquisa foi aplicada para 53 pessoas, onde foi perguntado se elas tinham conhecimento de três candidatos que estavam concorrendo ao cargo de Deputado Distrital e três candidatas que estavam concorrendo para o mesmo cargo. Depois foi perguntado se eles sabiam apontar dois deputados eleitos em 2014 e duas deputadas eleitas no mesmo ano. A terceira pergunta era sobre o conhecimento sobre quantas mulheres foram eleitas em 2015 e quem eram elas. Foram feitas as mesmas perguntas para os cargos de deputado federal e senador também, mudando apenas a quantidade de nomes pedidos. Para finalizar, foi perguntado se as pessoas sentiram mais dúvida ao responder as perguntas sobre homens ou sobre mulheres.⁴⁶

A faixa etária predominante de respostas foi a segmentação de 19 a 25 anos, com 58% do total, seguido por 26 a 39, que representou 32% das respostas e as demais idades somam 8% (GRÁFICO 1 DO ANEXO I) Pessoas de 15 diferentes regiões administrativas do Distrito Federal⁴⁷ responderam, sendo mais presente o Plano Piloto, com 47% das respostas, seguido pelo Guará que teve 13% das respostas. Quando se fala sobre o sexo, 72% das respostas vieram de mulheres e 28% de homens (GRÁFICO 2 DO ANEXO I). Destas pessoas, 83% votaram nas eleições de 2014 e 94% vão votar em 2018 (GRÁFICO 3 E 4 DO ANEXO I). A maioria disse que entende mais ou menos sobre política e estes, se somado com os que se julgam entendidos dão 81% do total (GRÁFICO 5 DO ANEXO I).

⁴⁶ Os gráficos dos apontamentos a seguir estão em anexo.

⁴⁷ Elas foram: Samambaia, Vila Planalto, Vicente Pires, Grande Colorado, Taguatinga, Santa Maria, Sudoeste, Guará, Riacho Fundo, Planaltina, Sobradinho, Gama, Recanto das Emas, Águas Claras e Plano Piloto

Quando solicitado que citasse o nome de três candidatas ao cargo de Deputada Distrital em 2018, apenas 15% do total conseguiu, 40% conseguiram listar pelo menos uma e 45% não conseguiu citar nenhuma (GRÁFICO 6 DO ANEXO I). Desses 45%, 41% foram capazes de listar pelo menos um homem candidato. Quando objeto muda para listagem de três homens concorrendo ao mesmo cargo, a porcentagem de pessoas que foi capaz de citar três nomes sobe para 36%, mais que o dobro quando comparado ao conhecimento sobre mulheres e a porcentagens de “não sei” cai para 32% e desses 32%, 17% listaram pelo menos uma mulher (GRÁFICO 7 DO ANEXO I).

Quando abordados sobre deputados e deputadas eleitas em 2014, a maioria das pessoas não soube responder nem para homens nem para mulheres, sendo o percentual de “não sei” para essa pergunta o que obteve maior parte das respostas, sendo este maior que 56% em ambos os casos. A diferença entre as repostas está no fato de que as pessoas conseguiram citar mais deputados homens eleitos do que mulheres. A porcentagem de pessoas que citaram dois deputados eleitos foi de 28% enquanto de mulheres foi 21% (GRÁFICOS 8 E 9 DO ANEXO I).

Interessante observar que 84% das pessoas assumem não saber quantas mulheres foram eleitas para o cargo em questão em 2014 (GRÁFICO 10 DO ANEXO I), 9% diz que não tem certeza e quando questionados sobre qual o palpite deles, todos erram. Dos 5% que afirmam saber, 66% realmente acertaram quando questionados sobre o número.

Apesar da clara diferença entre os números, quando questionados sobre qual foi a maior dificuldade para responder, 32% falam que foi responder as perguntas sobre mulheres enquanto 66% falam que foi difícil independente do sexo (GRÁFICO 11 DO ANEXO I).

Essa pesquisa mostra que além da falta de representação comprovada no capítulo anterior, a visão da população sobre as mulheres na política também é baixa.

4.2 Observatório de mídia

Para compreender melhor sobre a representação das candidatas à Câmara Legislativa nos jornais de Brasília foi feito um observatório de mídias que compilou informações sobre as notícias que saíram nos períodos de campanha de 2014 e 2018. Para que a pesquisa fique equiparada, foi definido um período que vai de primeiro de setembro até o dia da eleição. Desta forma os períodos analisados foram :01 de setembro de 2014 até 05 de outubro de 2014 (dia da eleição) ⁴⁸ e 01 de setembro de 2014 até 07 de outubro de 2018 (dia da eleição)⁴⁹

Além do filtro de data foi utilizado o filtro de “Deputada Distrital” para compreender quantas matérias relacionadas a elas foram publicadas. O jornal escolhido para observação foi o Correio Braziliense por ter o melhor mecanismo de busca dentro os jornais apurados. O jornal Metrôpoles foi cogitado, porém como ainda não existia em 2014 foi descartado por não possuir material comparativo.

Em 2014 foram encontradas 20 matérias relacionadas ao tema, mas apenas seis delas tinham algo relacionado ao tema pesquisado que foi “Deputada Distrital”. Além disso as matérias eram pouco aprofundadas sobre os temas abordados, fugindo do contexto principal da busca, que era “Deputada Distrital” e com pouco ou, em sua maioria, nenhum espaço de fala para mulheres. Não foram encontradas matérias sobre candidatas específicas, exceto pelo caso da Jaqueline Roriz que estava tendo sua candidatura vetada pelo TSE.

Além disso, pode-se perceber que a grande maioria das matérias eram referentes a homens e aos demais cargos da corrida eleitoral (Deputado Federal, Senador, Governador e Presidente) e, novamente com exceção da matéria de Jaqueline Roriz, as matérias não eram direcionadas a candidatas à Deputado Distrital femininas como foi o caso da matéria que retratava apenas o candidato a Deputado Federal Luiz Pitman⁵⁰.

Para fazer a pesquisa o primeiro filtro utilizado foi “Deputada Distrital Distrito Federal”, entretanto essa busca não resultou em nenhum resultado. O segundo teste

⁴⁸ Disponível em: < <https://www.eleicoes2014.com.br/calendario-eleitoral/>>. Acesso em: 09/11/2018

⁴⁹ Disponível em: < <https://www.eleicoes2018.com/calendario-eleitoral/>>. Acesso em:09/11/2018

⁵⁰Disponível em:

<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2014/09/02/interna_cidadesdf,445251/dep-utado-federal-luiz-pitman-psdb-tenta-conquistar-o-eleitorado.shtml>. Acesso em 09/11/2018

foi “mulher”. Já esta teve diversos resultados, porém a maioria fugia do contexto estudado. Por fim, foi definido o filtro “Deputada Distrital”, para que se pudesse observar de fato o que se pode encontrar sobre o tema.

A conclusão sobre a pesquisa no Correio Braziliense no período citado acima no ano de 2014 é de que a maioria das notícias publicadas neste tempo não se referia à corrida eleitoral em questão, uma mínima parte citava candidatos a Deputados Distritais e uma parte quase inexistente tratava de candidatas.

Matérias mais condizentes com o tema no ano de 2014:⁵¹

- Deputados mergulhar na campanha e ignorar o trabalho na Câmara Legislativa (03/10/2014)
- Cabos eleitorais ganham até megahair para ajudar em campanhas no DF (22/09/2014)
- Na reta final herdeiros tentam aproveitar histórico eleitoral de parentes (22/09/2014)
- Entorno com cerca de 180 mil eleitores no DF pode definir eleição (22/09/2014)
- A busca por voto nas duas últimas semanas de campanha no DF (20/09/2014)
- Campanha no DF tem prisões, registros de ocorrência e ações na justiça (19/09/2014)
- Aplicativos de celulares ajudam eleitores a conhecerem melhor os candidatos (17/09/2014)
- Concorrentes recorrem a nomes curiosos para chamar a atenção de eleitores (17/09/2014)
- TJDF extingue pedido de Distrital para suspender efeitos de condenação (15/09/2014)
- Distritais chegam a gastar R\$745 mil em campanha para garantir reeleição (13/09/2014)
- Ex atletas ou dirigentes tentam pela 1ª vez ocupar vaga como Distrital (13/09/2014)⁵²
- Tribunal Superior Eleitoral nega registro de candidatura de Jaqueline Roriz (11/09/2014)

⁵¹ Link para as matérias disponível nos anexos II

⁵² Única matéria analisada onde a mulher tem espaço de fala.

- Mais de 40 toneladas de propaganda irregular já foram recolhidas no DF (10/09/2014)
- Disputa política deste ano tem 39 religiosos em busca dos votos dos fieis (08/09/2014)
- Jovens presentes em protestos se candidatam para ocupar cargo político (05/09/2014)
- Recurso de Jaqueline Roriz não deve ser aceito pelo TSE opina PGE (02/09/2014)
- Deputado Federal Luiz Pitman – PSDB tenta conquistar o eleitorado (02/09/2014)

Já em 2018, o filtro “Deputada Distrital Distrito Federal” resultou em mais de mil notícias, entretanto a grande maioria não se relacionava ao assunto, com exceção de algumas matérias bem superficiais como “Corrida para Câmara Legislativa é a mais disputada do DF (05/10/2018)”, onde não se é discutido nenhum deputado em específico. É interessante ressaltar também que das 11 pessoas concorrendo ao cargo de governador, Eliana Pedrosa e Fátima Sousa (as únicas duas mulheres) foram quem tiveram menos matérias publicadas, enquanto Rollemberg, Ibaneis e Rosso lideraram a quantidade de matérias.

Quando utilizado o filtro “mulher”, ocorre a mesma coisa de 2014, surgem vários resultados, mas de assuntos que não condizem como tema estudado. Passamos então para o filtro “Deputada Distrital”.

A maioria das notícias são similares à pesquisa “Deputada Distrital no Distrito Federal”, porém mais filtradas, tendo um resultado de 496 notícias no período analisado.

Foi percebido um aumento em relação a notícias relacionadas ao tema de 2014 para 2018, entretanto a falta de mulheres nestas permanece a mesma. Com exceção da matéria que fala sobre o repasse dos fundos de campanha para candidatas, as demais reportagens são superficiais ou aprofundadas apenas com falas de homens. Não há espaço de fala para mulher. Até em casos de matérias sobre a Câmara Legislativa, as declarações são 100% masculinas.

Matérias mais relevantes sobre as Eleições de 2018:⁵³

- Entenda o que deputados federais e senadores fazem (06/10/2018)

⁵³ Link para as matérias disponível nos anexos II

- Corrida pela Câmara Legislativa é a mais disputada no DF (05/10/2018)
- Quiz: você sabe o que deputados federais e senadores fazem? (04/10/2018)
- Bancada evangélica da Câmara dos Deputados oficializa apoio a Bolsonaro (04/10/2018)
- Quiz: você sabe o que um deputado distrital faz? Teste seus conhecimentos (02/10/2018)
- Nova Câmara dos Deputados deve aumentar bancadas de esquerda e direita (01/01/2018)
- Eduardo Bolsonaro: 'Mulheres de direita são mais bonitas que da esquerda' (30/09/2018)
- Candidatos fazem campanha no enterro do ex-governador Joaquim Roriz (28/09/2018)
- Partidos repassam menos de 30% de fundo eleitoral a mulheres (28/09/2018)
- Lei da Ficha Limpa retira 173 candidatos das eleições de outubro (24/09/2018)
- Campanha eleitoral afasta deputados dos trabalhos na Câmara Legislativa (20/09/2018)
- Além de Lula, 97 candidaturas foram barradas com base na Lei da Ficha Limpa (18/09/2018)
- TRE nega registro de candidatura a 32 candidatos a deputado do PTB-DF (18/09/2018)
- TRE-SP proíbe deputados petistas de usarem 'Lula presidente' em propaganda (17/09/2018)
- Candidato a distrital, Raad Junior é preso por porte irregular de arma (10/09/2018)
- Vídeo: distrital é acusado de sacar arma em confusão no Hospital de Base (10/09/2018)
- Concessão do complexo do Mané Garrincha é aprovada na Câmara Legislativa (04/09/2018)
- Distritais que concorrem à reeleição já arrecadaram R\$ 5 mi para campanha (04/09/2018)

5 CONCLUSÕES FINAIS

A partir dos dados apresentados neste trabalho, percebe-se que, apesar de terem conquistados diversos direitos como direito à educação, ao trabalho, ao voto, à candidatura e ao domínio da própria vida, a luta feminina permanece sendo de suma importância, principalmente quando se trata do âmbito político, onde permanecem sem a devida representação, mesmo estas sendo maioria no país.

A partir dos dados apresentados neste trabalho, percebe-se que, apesar de terem conquistados diversos direitos como direito à educação, ao trabalho, ao voto, à candidatura e ao domínio da própria vida, a luta feminina permanece sendo de suma importância, principalmente quando se trata do âmbito político, onde permanecem sem a devida representação, mesmo estas sendo maioria no país.

É notório ainda que a política de cotas no Brasil estabelecida pela lei nº 9.504/97 - que delimita que os partidos e coligações devem reservar no mínimo 30% das vagas das candidaturas para um sexo e o outro poderia ocupar no máximo 70% não é tão efetiva como as leis que delimitam espaço no Câmara.

Pode ser considerado plausível questionar o não desenvolvimento e melhorias nesta lei. Uma vez que comprovado que leis mais estritas garantem a mulheres maior representação na Câmara. Exemplos disso são as legislações de países como Ruanda e Índia, que se encontram em 1º e 152º respectivamente na pesquisa de representação da Câmara legislativa da Inter-Parliamentary Union de 2018, ambos a frente do Brasil, apesar das divergências e dificuldades culturais.

É perceptível também, que a mídia não contribuiu para uma maior visibilidade das mulheres políticas, tendo em vista que as matérias analisadas, em sua maioria, eram sobre homens e com discursos masculinos, mesmo quando mulheres estavam envolvidas no assunto. Isso enfraquece a representação e a visibilidade feminina perante a população que busca se informar sobre os acontecimentos baseando-se em notícias divulgadas nos principais meios de comunicação e jornal é um deles.

Uma possível contribuição por parte das mídias para ajudar a diminuir essa discrepância entre o número de mulheres e homens em cargos políticos seria uma cobertura geral dos candidatos às eleições pela mídia, tendo em vista que, pelos resultados das pesquisas, é possível provar que a sociedade ainda tem mais conhecimento sobre candidatos e deputados. Pode-se também buscar incluir mais pautas femininas e dar mais voz para mulheres nas pautas diversas,

independentemente de serem candidatas ou deputada eleitas, aumentando assim a visibilidade das mulheres políticas perante a sociedade. Seria interessante também ter mais reportagens demonstrativas sobre a divergência entre o número e os benefícios entre homens e mulheres na política, uma vez que essa irregularidade está presente em diversos segmentos, como pode-se reparar nos dados apresentados.

6 ANEXO I

Gráficos da Pesquisa

Gráfico 1 – representação da idade das pessoas que se propuseram a responder a pesquisa

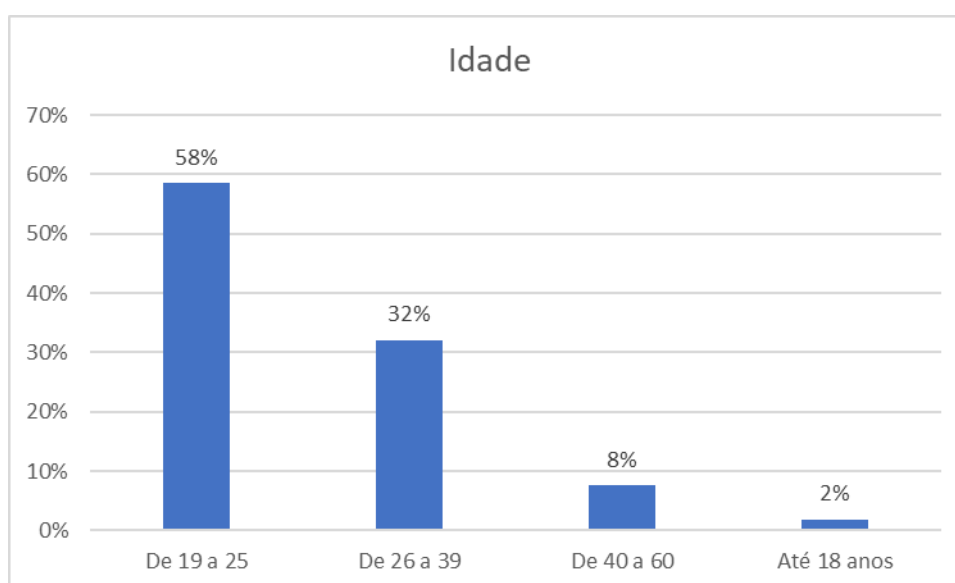


Gráfico 2 – representação do sexo das pessoas que se propuseram a responder a pesquisa

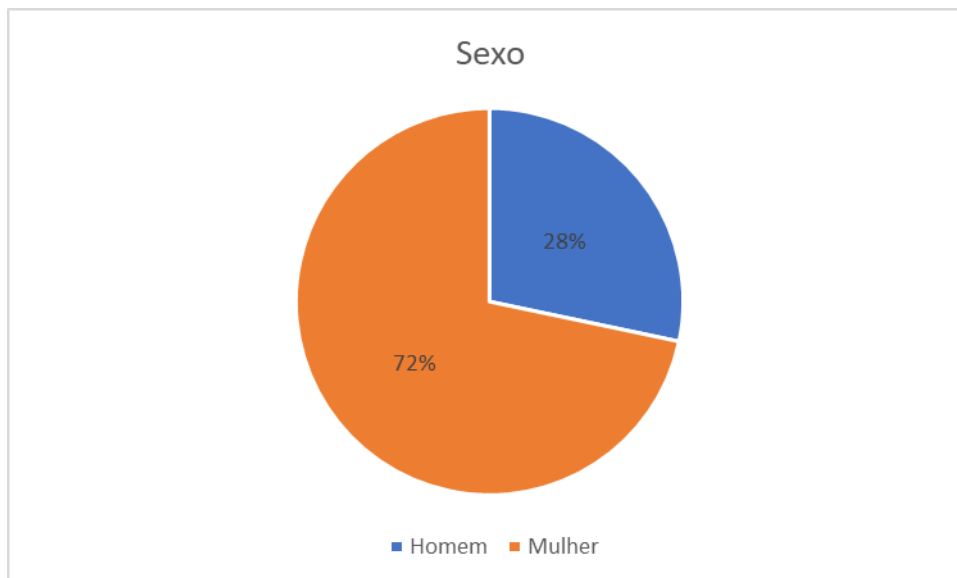


Gráfico 3 – representação das pessoas que se propuseram a responder a pesquisa e votaram em 2014

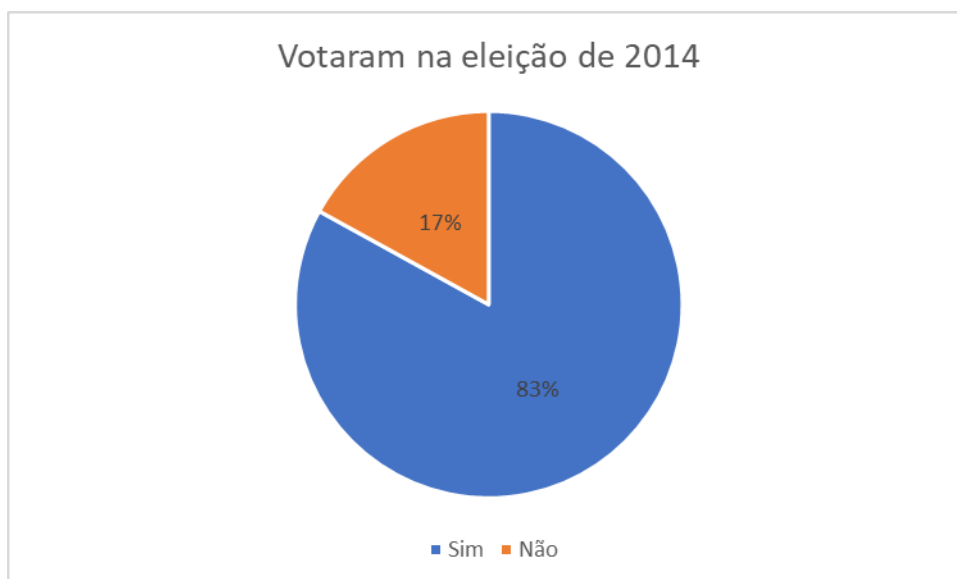


Gráfico 4 – representação das pessoas que se propuseram a responder a pesquisa e votaram em 2018

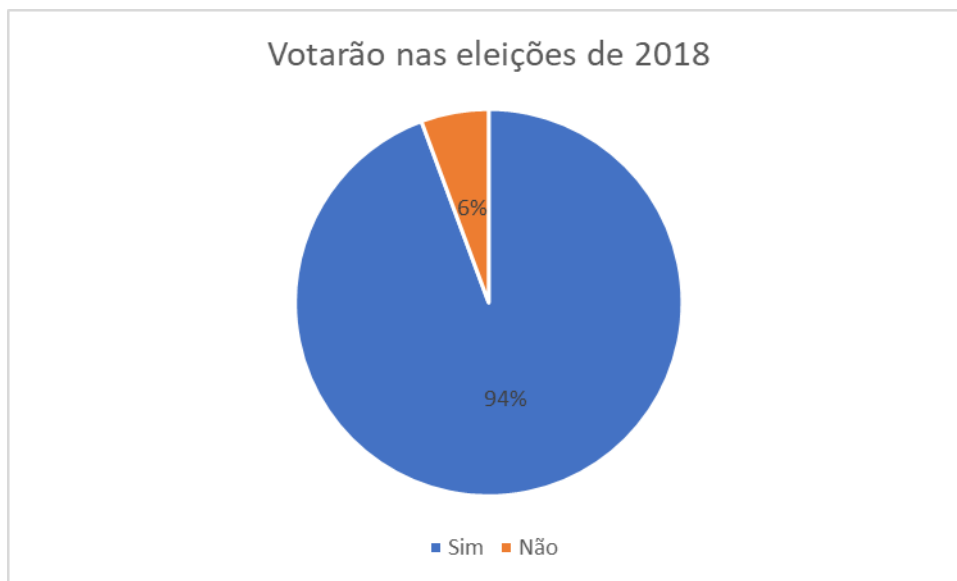


Gráfico 5 – representação do entendimento sobre política das pessoas que se propuseram a responder a pesquisa

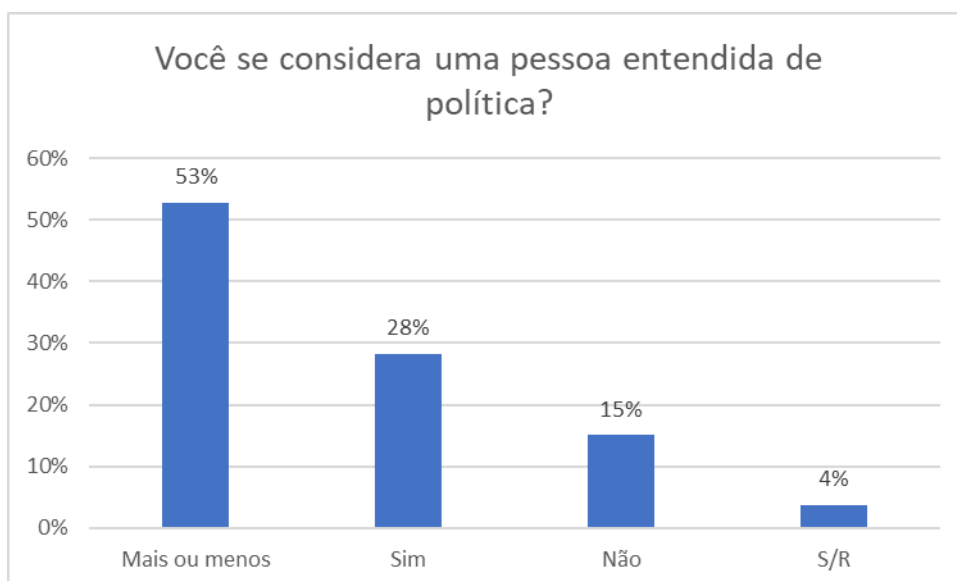


Gráfico 6 – representação da listagem de candidatas a Deputado Distrital em 2018 feita pelas pessoas que se propuseram a responder a pesquisa

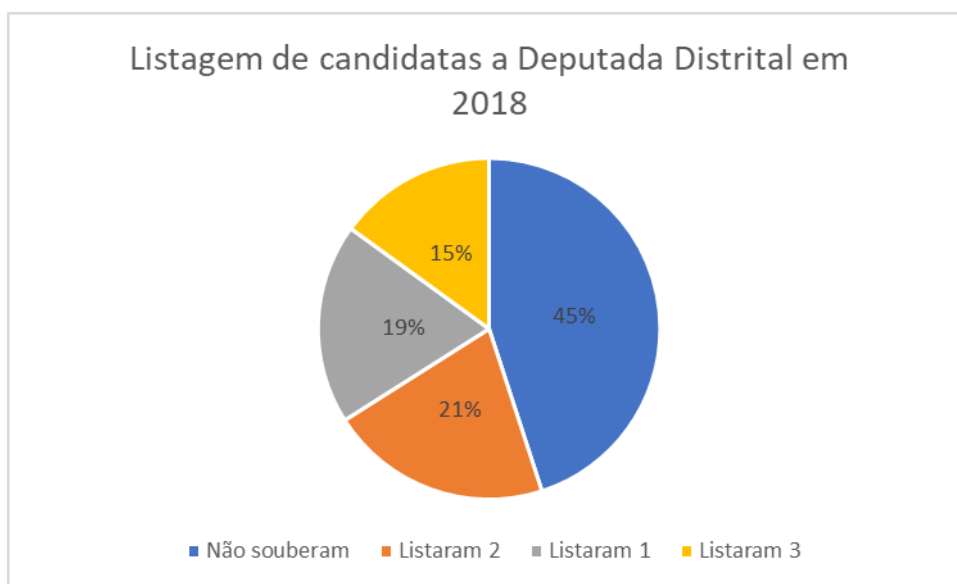


Gráfico 7 – representação da listagem de candidatos a Deputado Distrital em 2018 feita pelas pessoas que se propuseram a responder a pesquisa

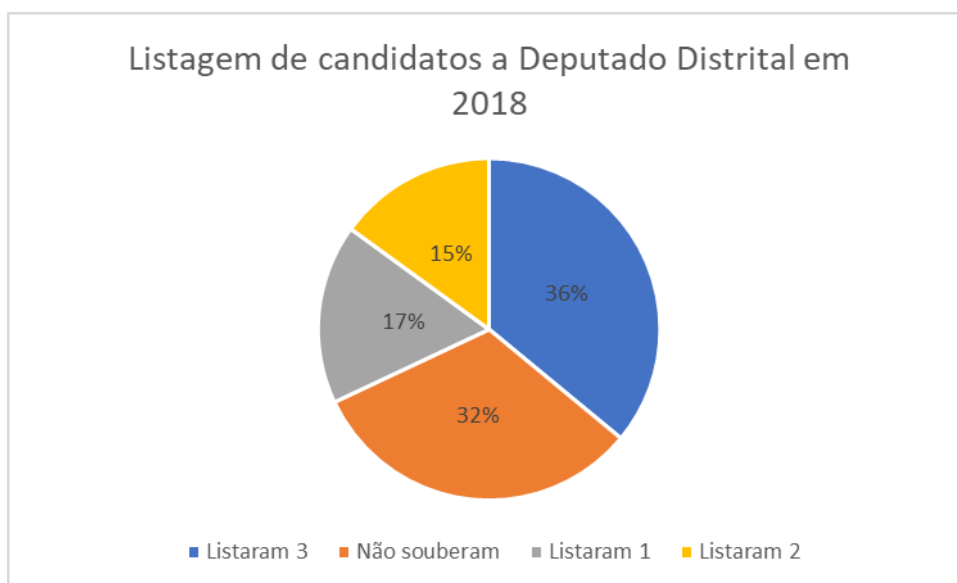


Gráfico 8– representação da listagem das candidatas eleitas ao cargo Deputado Distrital em 2014 feita pelas pessoas que se propuseram a responder a pesquisa

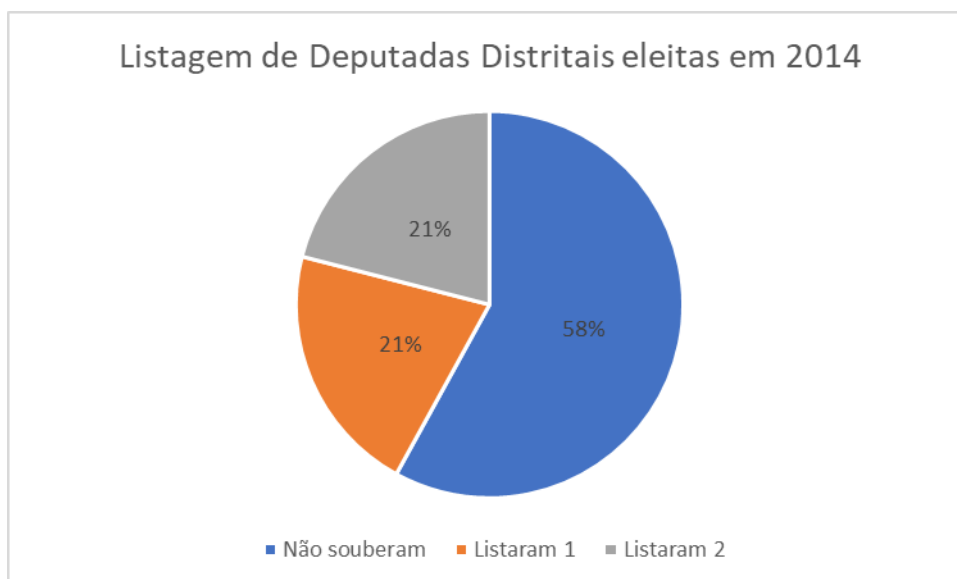


Gráfico 9– representação da listagem dos candidatos eleitos ao cargo Deputado Distrital em 2014 feita pelas pessoas que se propuseram a responder a pesquisa

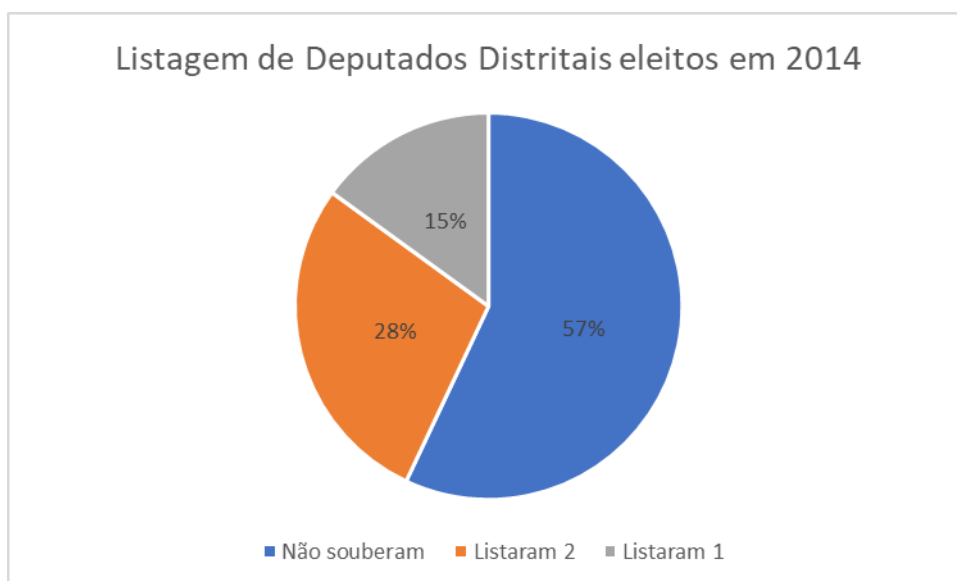


Gráfico 10– representação do conhecimento das pessoas que se propuseram a responder a pesquisa sobre as Deputadas Distritais eleitas em 2014 feita pelas

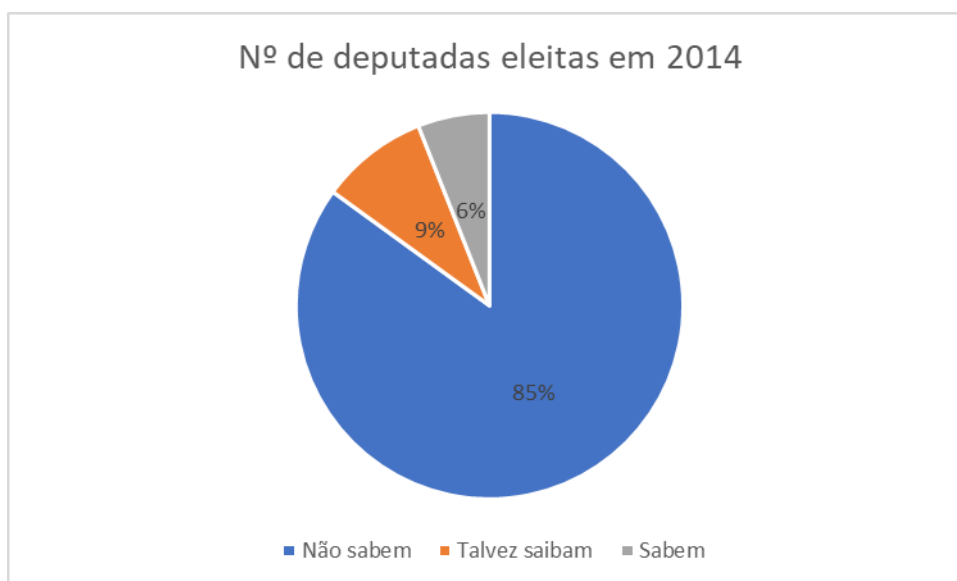
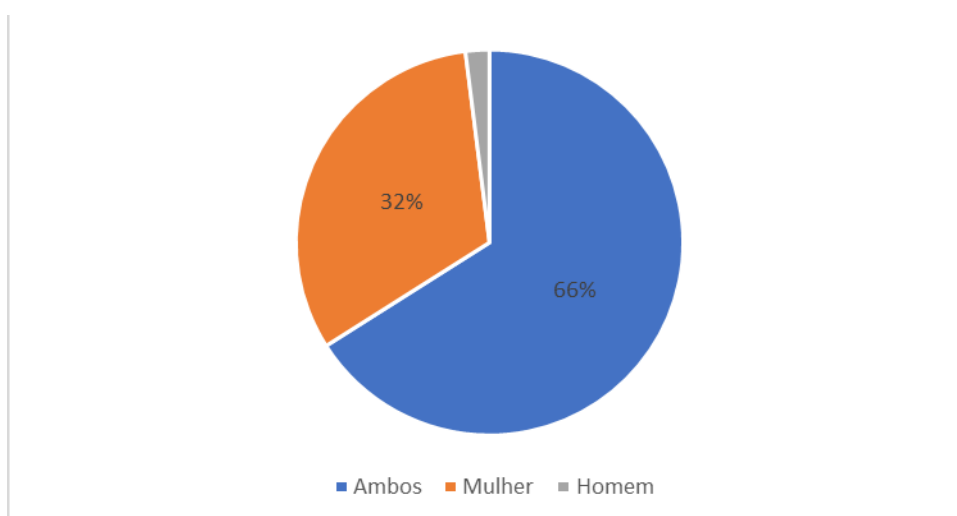


Gráfico 11– representação da dificuldade das pessoas que se propuseram a responder a pesquisa quando as perguntas eram sobre homens ou mulheres



7 ANEXOS II

Roteiro para questionário

Bom dia/tarde/noite, meu nome é Camila Viana, eu curso Comunicação Organizacional na UnB e estou fazendo meu trabalho de conclusão de curso sobre representação e representação feminina na política, posso te fazer algumas perguntas? A pesquisa é anônima. Você não precisa se identificar.

1. Qual a sua idade

- Até 18 anos
- De 19 a 25
- De 26 a 39
- De 40 a 60
- Mais de 60

2. Onde você mora

3. Com qual sexo você se identifica:

- Homem
- Mulher
- Prefiro não responder

4. Você votou nas eleições de 2014?

- Sim
- Não

5. Você vai votar nas eleições de 2018?

- Sim
- Não

6. Você se considera uma pessoa que acompanha política?

- Sim
- Não

- Mais ou menos

Agora vamos entrar em partes segmentadas da pesquisa. Peço que não faça pesquisa para responder, responda de cabeça, se você não souber a resposta de alguma não tem problema, basta colocar NÃO SEI. Se você não souber a quantidade de nomes pedido, pode colocar só os que você souber, não tem problema também!

7. Você poderia listar para mim três mulheres que estão na corrida para Deputado Distrital nas eleições 2018? (De qualquer partido)

8. Agora três homens que estão na corrida para esse mesmo cargo:

9. Você poderia me falar hoje o nome de duas Deputadas Distritais que foram eleitas em 2014?

10. E dois Deputados Distritais?

11. Você sabe quantas Deputadas Distritais eleitas temos hoje?

- Sim
- Não
- Talvez

12. Se sim, quantas?

Muito obrigada!

8 ANEXOS III

8.1 Links referente às matérias analisadas de 2014 ordenados do mais recente para o mais antigo

Deputados mergulham na campanha e ignoram o trabalho na Câmara Legislativa. **Correio Braziliense**, Brasília, 03 out 2014. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2014/10/03/interna_cidade_sdf,450261/deputados-mergulham-na-campanha-e-ignoram-o-trabalho-na-camara-legislativa.shtml>. Acesso em 08 nov 2018.

Cabos eleitorais ganham até magahair para ajudar em campanha no DF. **Correio Braziliense**, Brasília, 22 set 2014. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2014/09/22/interna_cidadesdf,446617/cabos-eleitorais-ganham-ate-megahair-para-ajudar-em-campanhas-no-df.shtml>. Acesso em 08 nov 2018.

Na reta final, herdeiros tentam aproveitar histórico eleitoral de parentes. **Correio Braziliense**, Brasília, 22 set 2014. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2014/09/22/interna_cidad_esdf,448144/na-reta-final-herdeiros-tentam-aproveitar-historico-eleitoral-de-parentes.shtml>. Acesso em 08 nov 2018.

Entorno, com cerca de 180 mil eleitores no DF, pode definir eleição. **Correio Braziliense**, Brasília, 22 set 2014. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2014/09/22/interna_cidad_esdf,448142/entorno-com-cerca-de-180-mil-eleitores-no-df-pode-definir-eleicao.shtml> Acesso em 08 nov 2018.

MADER, Helena. A busca pelos votos nas últimas duas semanas de campanha no DF. **Correio Braziliense**, Brasília, 20 set 2014. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2014/09/20/interna_cidad_esdf,447988/a-busca-pelos-votos-nas-ultimas-duas-semanas-de-campanha-no-df.shtml>. Acesso em 08 nov 2018.

MADER, Helena. Campanha no DF tem prisões, registro de ocorrências e ações na Justiça. **Correio Braziliense**, Brasília, 19 set 2014. Disponível em:

<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2014/09/19/interna_cidad esdf,447808/campanha-no-df-tem-prisoos-registro-de-ocorrencias-e-aco-es-na-justica.shtml>. Acesso em 08 nov 2018.

MACHADO, Roberta. Aplicativos de celular ajudam eleitores a conhecerem melhor os candidatos. **Correio Braziliense**, Brasília, 17 set 2014. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/tecnologia/2014/09/17/interna_tec nologia,447466/aplicativos-de-celular-ajudam-eleitores-a-conhecerem-melhor-os-candidatos.shtml>. Acesso em 08 nov 2018.

STACCIARINI, Isa. Concorrentes recorrem a nomes curiosos para chamar a atenção de eleitores. **Correio Braziliense**. Brasília. 17 set 2014. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2014/09/17/interna_cidad esdf,447443/concorrentes-recorrem-a-nomes-curiosos-para-chamar-a-atencao-de-eleitores.shtml>. Acesso em 08 nov 2018.

TDFJ extingue pedido de distrital para suspender efeitos de condenação. **Correio Braziliense**. Brasília. 15 set 2014. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2014/09/15/interna_cidad esdf,447223/tjdft-extingue-pedido-de-distrital-para-suspender-efeitos-de-condenacao.shtml>. Acesso em 08 nov 2018.

Distritais chegam a gastar R\$745 mil em campanha para garantir reeleição. **Correio Braziliense**. Brasília. 13 set 2014. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2014/09/13/interna_cidad esdf,446851/distritais-chegam-a-gastar-r-745-mil-em-campanha-para-garantir-reeleicao.shtml>. Acesso em 08 nov 2018.

Ex-atletas ou dirigentes tentam, pela 1ª vez, ocupar vaga como distrital. **Correio Braziliense**. Brasília. 13 set 2014. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2014/09/13/interna_cidad esdf,446898/ex-atletas-ou-dirigentes-tentam-pela-1-vez-ocupar-vaga-como-distrital.shtml>. Acesso em 08 nov 2018.

CAMPOS, Ana Maria . Tribunal superior eleitoral nega registro da candidatura de Jaqueline Roriz. **Correio Braziliense**, Brasília, 11 set 2014. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2014/09/11/interna_cidad esdf,446719/tribunal-superior-eleitoral-nega-registro-da-candidatura-de-jaqueline-roriz.shtml>. Acesso em 08 nov 2018.

Mais de 40 toneladas de propaganda irregular já foram recolhidas no DF. **Correio Braziliense**, Brasília, 10 set 2014. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/cidades/2014/09/10/interna_cidade/446437/mais-de-40-toneladas-de-propaganda-irregular-ja-foram-recolhidas-no-df.shtml>. Acesso em 08 nov 2018.

BERNARDES, Adriana. Disputa política deste ano tem 39 religiosos em busca dos votos dos fiéis. **Correio Braziliense**, Brasília, 08 set 2014. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/cidades/2014/09/08/interna_cidade/445996/disputa-politica-deste-ano-tem-39-religiosos-em-busca-dos-votos-dos-fieis.shtml>. Acesso em 08 nov 2018.

Jovens presentes em protestos se candidatam para ocupar cargo político. **Correio Braziliense**, Brasília, 05 set 2014. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/politica/2014/09/05/interna_politica/445679/jovens-presentes-em-protestos-se-candidatam-para-ocupar-cargo-politico.shtml>. Acesso em 08 nov 2018.

Recurso de Jaqueline Roriz não deve ser aceito pelo TSE, opina PGE. **Correio Braziliense**, Brasília, 02 set 2014. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/cidades/2014/09/02/interna_cidade/445258/recurso-de-jaqueline-roriz-nao-deve-ser-aceito-pelo-tse-opina-pge.shtml>. Acesso em 08 nov 2018.

Deputado federal, Luiz Pitman (PSDB) tenta conquistar o eleitorado. **Correio Braziliense**, Brasília, 02 set 2014. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/cidades/2014/09/02/interna_cidade/445251/deputado-federal-luiz-pitman-psdb-tenta-conquistar-o-eleitorado.shtml>. Acesso em 08 nov 2018.

8.2 Links referente às matérias analisadas de 2018 ordenados do mais recente para o mais antigo.

FERNANDES, Augusto. Entenda o que deputados federais e senadores fazem. **Correio Braziliense**. Brasília, 06 out 2018. Disponível em: <<https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/brasil/2018/10/06/interna-brasil/710608/entenda-o-que-deputados-federais-e-senadores-fazem.shtml>>. Acesso

em 08 nov 2018. FEITOZA, César. Corrida pela Câmara Legislativa é a mais disputada no DF. **Correio Braziliense**, Brasília, 5 out 2018. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/10/05/interna_cidadesdf,710483/corrida-pela-camara-legislativa-e-a-mais-concorrida-no-df.shtml>

Acesso em 8 nov 2018

PRF prende três homens com R\$13 mil, suspeitos de crimes eleitorais. **Correio Braziliense**. Brasília, 05 out 2018. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2018/10/05/interna_politica,710418/prf-prende-tres-homens-com-r-13-mil-suspeitos-de-crimes-eleitorais.shtml>. Acesso em 08 nov 2018.

ESTADO, Agência. Bancada evangélica da Câmara oficializa apoio a Bolsonaro. **Correio Braziliense**. Brasília, 04 out 2018. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2018/10/04/interna_politica,710130/bancada-evangelica-da-camara-oficializa-apoio-a-bolsonaro.shtml>.

Acesso em 08 nov 2018.

ESTADO, Agência. Eduardo Bolsonaro: 'Mulheres de direita são mais bonitas que da esquerda'. **Correio Braziliense**. Brasília, 30 set 2018. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2018/09/30/interna_politica,709250/eduardo-bolsonaro-mulheres-de-direita-sao-mais-bonitas-que-da-esquer.shtml>. Acesso em 08 nov 2018.

GAMMARO, Victor. Candidatos fazem campanha no enterro do ex-governador Joaquim Roriz. **Correio Braziliense**. Brasília, 28 set 2018. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/09/28/interna_cidadesdf,708978/candidatos-fazem-campanha-no-enterro-do-ex-governador-joaquim-roriz.shtml>. Acesso em 08 nov 2018.

ESTADO, Agência. Partidos repassam menos de 30% de fundo eleitoral a mulher. **Correio Braziliense**. Brasília, 28 set 2018. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2018/09/28/interna_politica,708832/partidos-repassam-menos-de-30-de-fundo-a-mulheres.shtml>. Acesso em 08 nov 2018.

BRASIL, Agência. Lei da ficha limpa retira 173 candidatos das eleições de outubro. **Correio Braziliense**. Brasília, 24 set 2018. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2018/09/24/interna_politica>

a,707988/lei-da-ficha-limpa-retira-173-candidatos-das-eleicoes-de-outubro.shtml>.

Acesso em 08 nov 2018.

MADER, Helena. Campanha eleitoral afasta deputados dos trabalhos na Câmara Legislativa. **Correio Braziliense**. Brasília, 20 set 2018. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/09/20/interna_cidade_sdf,707039/campanha-eleitoral-afasta-deputados-dos-trabalhos-na-camara-legislativ.shtml>. Acesso em 08 nov 2018.

AZEVEDO, ALESSANDRO. Além de Lula, 97 candidaturas foram barradas com base na lei da Ficha Limpa. **Correio Braziliense**. Brasília, 18 set 2018. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2018/09/18/interna_politica,706570/alem-de-lula-97-candidaturas-foram-barradas-com-base-na-lei-da-ficha.shtml>. Acesso em 08 nov 2018.

CAMPOS, Ana Maria; LIMA, Bruna. TER nega registro de candidatura a 32 candidatos a deputado do PTB – DF. **Correio Braziliense**. Brasília, 18 set 2018. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/09/18/interna_cidade_sdf,706571/tre-nega-registro-de-candidatura-a-32-candidatos-a-deputado-do-ptb-df.shtml>. Acesso em 08 nov 2018.

ESTADO, Agência. TRE-SP proíbe deputados petistas a usarem 'Lula presidente' em propaganda. **Correio Braziliense**. Brasília, 17 set 2018. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2018/09/17/interna_politica,706408/tre-sp-proibe-deputados-petistas-de-usarem-lula-presidente-em-propag.shtml>. Acesso em 08 nov 2018.

Candidato a distrital, Raad Junior é preso por porte irregular de arma. **Correio Braziliense**, Brasília, 11 set 2018. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/09/10/interna_cidade_sdf,705121/candidato-a-distrital-raad-junior-e-preso-por-porte-irregular-de-arma.shtml> Acesso em 8 nov 2018.

LIMA, Bruna. Vídeo: distrital é acusado de sacar arma em confusão no Hospital de Base. **Correio Braziliense**, Brasília, 10 set 2018. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/09/10/interna_cidade_sdf,705090/deputado-distrital-e-acusado-de-sacar-arma-em-confusao-no-base.shtml> Acesso em 8 nov 2018.

LIMA, Bruna. Concessão do complexo do Mané Garrincha é aprovada na Câmara Legislativa. **Correio Braziliense**, Brasília, 6 set 2018. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/09/04/interna_cidad esdf,704019/concessao-do-complexo-do-mane-garrincha-e-aprovada-na-cldf.shtml> Acesso em 8 nov 2018.

VIRIATO, Ana. Distritais que concorrem à reeleição já arrecadaram R\$ 5 mi para campanha. **Correio Braziliense**, Brasília, 4 set 2018. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/09/04/interna_cidad esdf,703764/distritais-ja-arrecadaram-r-5-milhoes-para-campanha-eleitoral.shtml> Acesso em 8 nov 2018.

9 REFERÊNCIAS

A HISTÓRIA DE MULHERES BRASILEIRAS QUE FORAM À LUTA POR SEUS DIREITOS. Disponível em: <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2017/03/historia-mulheres-brasileiras-luta-direitos.html>>. Acesso em 06 nov 2018.

A MULHER E O VOTO. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=292039>>. Acesso em 08 nov 2018.

Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2014 a 2017. 2018. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/atividades/anuario/>> Acesso em 17 nov 2018

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: Fatos e Mitos.** 1970. Difusão Europeia do Livro. Tradução de Sérgio Milliet. Título do original: LE DEUXIÈME SEXE LES FAITS ET LES MYTHES.

BRASIL. **Legislação Informatizada - lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916 - publicação original.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1910-1919/lei-3071-1-janeiro-1916-397989-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 06 nov 2018.

BRITO, Maria Noemi. **Gênero e cidadania: referenciais analíticos referenciais analíticos.** Estudos Feministas. Universidade Federal de Santa Catarina. Ano 9, p. 291 a 298. 1º semestre de 2001.

CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA. **30% das cotas para mulheres nas eleições**. 2010. Disponível em: < <http://www.inesc.org.br/artigos/e-perfeitamente-possivel-alcancar-o-cumprimento-de-no-minimo-30-das-cotas-para-mulheres-nas-eleicoes>> Acesso em 08 nov 2018.

COMISSÃO DA DEFESA DO DIREITO DA MULHER: ALZIRA SORIANO. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/comissao-de-defesa-dos-direitos-da-mulher-cmulher/seminarios-e-outros-eventos/diploma-mulher-cidada-carlota-pereira-de-queiros/edicao-2018-diploma-mulher-cidada-carlota-pereira-de-queiros/resumo-alzira-soriano>> Acesso em 08 nov 2018.

DIA INTERNACIONAL DA MULHER: CONHEÇA AS PRINCIPAIS LUTAS E CONQUISTAS DAS MULHERES. Disponível em:<<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2017/03/conheca-as-principais-lutas-e-conquistas-das-mulheres>>. Acesso em 06 nov 2018.

FONTES, Tarik; OLIVERIA, Rosângela; PARANHOS, Mirian; SANTOS, Fábio. **A mulher na Política Brasileira e a Efetividade da Lei de Cotas**. V Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades 10 anos. Editora Realize. 2017.

GONZÁLEZ, Ana Isabel. **As origens da comemoração do dia Internacional das mulheres**. Editora Expressão Popular SOF – Sempreviva Organização Feminista. 1ª Edição. São Paulo, 2010.

GUARESCHI, Carla. **Direitos, gênero e movimento sociais*I, A Política De Cotas e a Representação Feminina na Assembleia Legislativa de Pernambuco – ALEPE (1998 - 2010)**. p. 294 a 323, 30f.

GUZZO, Morgani. **Histórias de Ruanda e o retrato do genocídio: intersecções entre Jornalismo e Cinema**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Curitiba, PR – 4 a 7 de setembro de 2009, p. 1 a 15.

HEERDT, Mauri; LEONEL, Vilson. **Metodologia Científica e da Pesquisa**. 5. ed.rev. e atualizada, Palhoça: UnisulVirtual, 2007.

IBGE. **Brasil já tem mais de 180 milhões de habitantes**. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/30082004projecaopopulacao.shtm>>. Acesso em 22 out 2018.

IBGE. **População Brasileira.** Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html>>. Acesso em 22 out 2018.

LUZ, Cicero Krupp; SIMÕES, Bárbara. **“Sim, elas podem!” Os avanços e entraves na representatividade política como empoderamento feminino no Brasil e na Índia.** Revista eletrônica de direito e sociedade. Revista unilasalle, vol. 4, n. 2, Canoas, 2016, p. 69 a 89.

MAGALHÃES, Marisa. 2018. **A origem do sufrágio feminino no Brasil.** Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/65376/a-origem-do-sufragio-feminino-no-brasil>>. Acesso em 08 nov 2018.

MANO, Maíra Kubík. **Legislar sobre “mulheres”: relações de poder na Câmara Federal.** 2015. 319f. Tese de doutorado – Universidade Estadual de Campinas. 2015.

MORETTI, Isabella. **Metodologia de pesquisa do TCC: conheça os tipos e veja como definir.** Disponível em <<https://viacarreira.com/metodologia-de-pesquisa-do-tcc-110040/>>. Acesso em 23 out 2018.

MOTTA, Débora. **Pesquisa analisa a trajetória de inserção das mulheres no ensino superior.** Disponível em: <<http://www.faperj.br/?id=2748.2.6>>. Acesso em 07 nov 2018.

MULHERES NA POLÍTICA. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/02/mulheres-na-politica>>. Acesso em 23 out 2018.

NAÇÕES UNIDAS, ONU. **Feminicídio no Brasil: quinto maior do mundo, diretrizes nacionais buscam solução.** Disponível em <<https://nacoesunidas.org/onu-feminicidio-brasil-quinto-maior-mundo-diretrizes-nacionais-buscam-solucao/>>. Acesso em 22 out 2018.

ONU MULHERES. **Conferências Mundiais da Mulher.** Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/planeta5050-2030/conferencias/>>. Acesso em 07 nov 2018.

ONU MULHERES. **Homicídio contra negras aumenta 54% em 10 anos, aponta Mapa da Violência 2015.** Disponível em <<http://www.onumulheres.org.br/noticias/homicidio-contranegras-aumenta-54-em-10-anos-aponta-mapa-da-violencia-2015/>>. Acesso em 22 out 2018.

ONU MULHERES. **Nações Unidas e Governo Brasileiro recomendam diretrizes nacionais para procedimentos de investigação, processos e julgamentos de**

crimes feminicidas. Disponível em <<http://www.onumulheres.org.br/noticias/nacoes-unidas-e-governo-brasileiro-recomendam-diretrizes-nacionais-para-procedimentos-de-investigacao-processo-e-julgamento-de-crimes-femicidas/>>. Acesso em 22 out 2018.

ORIGINS AND HISTORY. Disponível em:<<https://www.ilo.org/global/about-the-ilo/history/lang--en/index.htm>>. Acesso em 07 nov 2018.

PINTO, Celí Regina. **Mulher e política no Brasil: Os impasses do feminismo, enquanto movimento social, face às regras do jogo da democracia representativa.** Estudos Feministas. Universidade Federal de Santa Catarina. Ano 2, p. 256 a 270, 2º semestre de 1994.

POLITIZE. **Participação das mulheres na política brasileira.** Disponível em:<<https://www.politize.com.br/participacao-das-mulheres-na-politica-brasileira/>> Acesso em 23 out 2018.

RIBEIRO, Antônio. **A mulher e o voto.** Disponível em: <<http://www.notasonline.com/artigos/alunos/A%20Mulher%20e%20o%20Voto.htm>>. Acesso em 08 nov 2018.

SARTI, Cynthia Andersen. **O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisando uma trajetória.** Estudos Feministas. Florianópolis. Vol. 12, Nº. 2, p. 35-50, 2004

SILVA, Maria Beatriz. **A história da mulher no Brasil: Tendências e Perspectivas.** Revista Inst. Est. Bras., São Paulo, 27:75-91,1987.

UNICEF. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Disponível em:<https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm>. Acesso em 07 nov 2018.

VINTE ANOS APÓS O GENOCÍDIO, AS MULHERES LIDERAM EM RUANDA. 2014. Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/vinte-anos-apos-o-genocidio-mulheres-lideram-em-ruanda/>>. Acesso em 8 nov 2018.

IPEA, ATLAS VIOLÊNCIA 2018. Disponível em:<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf>. Acesso em: 16/11/2018

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.